



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA - EB**

Suelen Santos Maciel

**RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS (RDA): IMPACTOS NA ADOÇÃO NA
BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO**

Rio de Janeiro
2017

SUELEN SANTOS MACIEL

**RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS (RDA): IMPACTOS NA ADOÇÃO NA
BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Campos Machado.

Rio de Janeiro

2017

M152

Maciel, Suelen Santos

Resource Description & Access (RDA): impactos na
adoção na Biblioteca Central Irmão José Otão / Suelen
Santos Maciel. 2017.

83 f.

Orientadora: Elisa Campos Machado.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) Escola de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro,
2017.

Bibliografia: f. 68-73

1. RDA. 2. Biblioteca Central Irmão José Otão.
3. Código de catalogação. 4. AACR2. 5. Catalogação. I.
Machado, Elisa Campos, orient. II. Título.

Suelen Santos Maciel

RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS (RDA): IMPACTOS DE ADOÇÃO NA
BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Kelly Castelo Branco da Silva Melo –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profº. Me. Vinicius de Souza Tolentino –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Elisa Campos Machado –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

(Orientadora)

Dedico este trabalho ao meu pai e minha mãe que muito trabalharam e me incentivaram para que eu chegasse a uma Universidade Pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e Maria Santíssima que me deram forças para superar todos os obstáculos e me guardaram em segurança todos os dias na minha volta para casa.

À minha família que me deu todo suporte para que eu pudesse concluir o curso de biblioteconomia. Em especial a minha mãe Damiana que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu julgava não ser capaz, sempre ao meu lado desde a hora que eu acordava, ao momento que eu chegava em casa, tarde da noite, para dormir. Sem deixar de mencionar também o nome daqueles que fazem parte da minha história: José, Suzy, Ingra, Priscila, Washington, Doug e Isadora, minha família.

Ao meu melhor amigo e namorado, Diego, que aturou meus choros, aflições, vitórias e conquistas muito antes mesmo do meu ingresso na UNIRIO.

A minha orientadora, Dr^a Elisa Machado, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A todos os meus colegas de graduação, muito obrigada.

Ao bibliotecário coordenador da Seção de Tratamento da Informação, da Biblioteca Central Irmão José Otão – PUC-RS, Marcelo Votto, gratidão pelo tempo e conhecimento cedido para a construção deste trabalho.

Ao colega Marcelo Cristóvão, muito obrigada pelo incentivo e revisão deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte da minha formação, gratidão.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso estuda os impactos na adoção do novo código de catalogação RDA em uma Biblioteca Universitária brasileira. A Biblioteca Central da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul é pioneira na adoção do novo código de catalogação para os registros bibliográficos e de autoridade. Investigar os impactos da aplicação do RDA na Biblioteca Central Irmão José Otão da PUC-RS é o objetivo geral do presente trabalho e explorar essa experiência pode servir de base de referência para outras bibliotecas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter exploratório e de natureza básica. Quanto aos procedimentos técnicos adotados foi realizada pesquisa bibliográfica e levantamento de dados através de entrevista semi-estruturada. Apresenta uma reflexão sobre os obstáculos para a difusão do código no Brasil. Conclui que a implantação do RDA gerou significativos e positivos impactos no catálogo bibliográfico e de autoridade, nos bibliotecários e usuários da Biblioteca.

Palavras-chave: RDA. Biblioteca Central Irmão José Otão. Código de Catalogação. AACR2. Catalogação.

ABSTRACT

The present Work of Course Conclusion studied the impacts on the adoption of the new RDA cataloging code in a Brazilian University Library. The Central Library of the Pontifical University of Rio Grande do Sul is a pioneer in the adoption of the new cataloging code for bibliographic and authority records. Investigating the impacts of the application of the RDA in Biblioteca Central Irmão José Otão of PUC-RS and the general objective of the present work and is to explore this experience can serve as a reference base for other libraries. A research is characterized as qualitative of exploratory character and of basic nature. As for technical procedures published in semi-structured research. It presents a reflection on the obstacles to the diffusion of the code in Brazil. It concludes that the implantation of the RDA generated significant and positive impacts in the bibliographic and authority catalog, in the librarians and users of the Library.

Keywords: RDA. Biblioteca Central Irmão José Otão. Código de Catalogação. AACR2. Catalogação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Objetivos para o RDA	40
Quadro 2 – Princípios para o RDA	41
Figura 1 – Abreviaturas AACR2 X RDA	44
Figura 2 – As quatro entidades do grupo 1.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo American Cataloguing Rules, 2nd edition</i>
AACR3	<i>Anglo American Cataloguing Rules, 3rd edition</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BIBFRAME	<i>Bibliographic Framework Initiative</i>
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CILIP	<i>Chartered Institute of Library and Information Professionals</i>
CLA	<i>Canadian Library Association</i>
COP	<i>Comittee of Principals</i>
DBD	Divisão de Bibliotecas e Documentação
E-R	Modelo de Entidade-Relacionamento
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRANAR	<i>Functional Requirements and Numbering of Authority</i>
FRASAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IFLA LRM	<i>IFLA Library Reference Model</i>
IME-ICC	<i>IFLA Meeting of Experts on an Internacional Cataloguing Code</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
JSC	<i>Joint Steering Committee for Revision AACR</i>
LABBIB	Laboratório de Biblioteconomia Maria Tereza Reis Mendes
LC	<i>Library of Congress</i>
MARC 21	<i>Machine Readable Cataloging</i>
OPAC	<i>Online Public Access Catalogues</i>
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAK	<i>Regeln für die alphabetische Katalogisierung</i>
RD	Representação Descritiva
RDA	<i>Resource Description and Acess</i>
RDBCI	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação

RICI	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
STI	Seção de Tratamento da Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural</i>
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.3	METODOLOGIA	15
2	CATALOGAÇÃO E CATÁLOGOS	18
2.2	CATÁLOGOS	21
3	CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO, NORMA E PRINCÍPIOS	27
3.1	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO	31
3.2	ISBD	34
3.3	AACR	37
3.4	RDA	39
4	OS MODELOS CONCEITUAIS	46
4.1	FRBR	46
4.2	FRAD	50
5	BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO	54
5.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA	74
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	77
	APÊNDICE C – CONTATO POR EMAIL	79
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	82
	ANEXO A – RDA NO MUNDO	83

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa configura-se em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) inserida na Linha de Pesquisa Organização e Representação do Conhecimento (ORC), na área de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e integra o Grupo de Pesquisa “A Representação Descritiva no Brasil”. Investiga a adoção do novo código de catalogação *Resource Description and access* (RDA) nas bibliotecas brasileiras.

Atualmente, as discussões e a curiosidade acerca da implementação do RDA como substituto ao *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2) no Brasil vêm se ampliando, seja nas salas de aulas das Escolas de Biblioteconomia, seja nos grupos de discussão de bibliotecários que atuam no processamento técnico no país. Dentro desse contexto de mudança surge a seguinte questão: Quais os impactos que o uso do RDA traz para o usuário, para a biblioteca e os bibliotecários?

Sob este prisma, é fundamental que se investigue as transformações advindas da implementação do RDA para a melhoria do acesso à informação em bibliotecas brasileiras.

Observa-se as primeiras mudanças significativas no âmbito da catalogação no ano de 1961, com a publicação da Declaração dos Princípios de Paris que teve como objetivo a escolha e forma de cabeçalhos e palavras de entrada dos catálogos de livros impressos. Desde então, os códigos de catalogação buscam seguir os princípios estabelecidos nesse documento. Segundo Hatsek e Hilleshein (2013), em 1997 iniciaram-se as discussões para a realização de revisões no AACR2, no entanto, decidiu-se que apenas atualizações não bastavam, eram necessárias mudanças significativas para acompanhar o desenvolvimento dos novos recursos informacionais, o que levou ao desenvolvimento do RDA.

O AACR nasce da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris no ano de 1961, onde foram apresentadas diretrizes para a normalização da entrada de nomes de autores e títulos. Patrocinado pela UNESCO e publicado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), a primeira edição do AACR foi publicada em 1967 e em 1969 a primeira edição brasileira. A segunda edição em inglês é publicada em 1978 e traduzida para o Português em 2 volumes publicados em anos diferentes (1983 o volume 1, e 1985 o volume 2) a partir de um acordo entre a

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e a American Library Association (ALA), Library Association e Canadian Library. Apesar dos esforços da FEBAB somente em 2003 a FEBAB conseguiu publicar a versão brasileira do AACR2, segunda edição, revisão de 2002. (CÓDIGO..., 2004).

Desenvolvido para o mundo analógico, voltado para os catálogos de ficha catalográficas em papel, o AACR2 já não contemplava integralmente os recursos das mídias digitais. Reformas e mudanças na catalogação trouxeram o novo código RDA, nascido no meio digital, para conflugar a descrição dos novos recursos informacionais (SILVA et al., 2012).

Com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como o surgimento da internet, as descrições bibliográficas pautadas no código vigente já não se adequavam mais a realidade presente. Conforme destacou (SILVA et al., 2012, p.114) “a nova realidade digital presente com a web levou a uma nova abordagem, tendo como princípio norteador o foco nos usuários e suas necessidades na obtenção da informação”.

Aparentemente o RDA figura ainda como uma realidade distante do Brasil, motivada, segundo muitos profissionais, por: altos custos, indisponibilidade do código na língua portuguesa e falta de conhecimento sobre o assunto. Vigente em bibliotecas como *British Library, Library of Congress, Cambridge University* (Inglaterra) e se difundindo cada vez mais por bibliotecas do mundo¹ o RDA é uma realidade presente e deve ser considerada pelos bibliotecários no Brasil.

No Brasil², a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) intitulada Biblioteca Irmão José Otão, e a Library of Congress Overseas Office, no Rio de Janeiro adotaram o RDA. A primeira, caracteriza-se como uma biblioteca universitária e pode ser considerada pioneira na adoção do RDA no Brasil. A segunda, por se tratar de um escritório de aquisição e

¹ A este respeito, os dados podem ser examinados no anexo A.

² Não se tem conhecimento de um documento oficial que indique quais as bibliotecas brasileiras que fazem uso do RDA na construção de registros para o seu catálogo bibliográfico e de autoridades, porém algumas informações serviram como ponto de partida para esta pesquisa: a pesquisa de Oliveira (2014) e; RDA PUC-RS. Disponível em: <<http://biblioteca.pucrs.br/noticias/pioneirismo-da-biblioteca-central-na-adocao-do-novo-codigo-de-catalogacao/>> e; folder de divulgação da ALA do RDA no Mundo (Anexo A).

tratamento da informação para a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, portanto, pode-se considerar³ que já esteja utilizando esse novo instrumento.

Dentro desse universo a presente investigação elegeu a Biblioteca Central da PUCRS como instituição a ser pesquisada por considerá-la pioneira e representativa no cenário (de utilização do código) brasileiro.

Na presente introdução foram pontuados alguns pressupostos teóricos que fizeram parte da construção da pesquisa, além de: contextualização do problema e pergunta de partida, bem como a justificativa, objetivos gerais e específicos que serão elucidados a seguir. A segunda seção, intitulada “catalogação e catálogos” apresenta um panorama histórico da catalogação e dos catálogos, tal como suas definições, características, objetivos e funções segundo os estudiosos da área. A terceira seção, denominada “códigos de catalogação e normas” discorre sobre os antecedentes históricos do RDA, assim como princípios e normas que fundamentaram sua elaboração. A quarta seção, chamada “modelos conceituais” trata dos modelos bibliográficos e de autoridade que constituíram a base da construção do RDA. A quinta seção “Biblioteca Central Irmão José Otão” inicia identificando a instituição, objeto da presente pesquisa, em seguida exibe uma análise dos resultados da pesquisa. Por fim, a última seção, com as considerações finais, onde é descrito uma síntese dos principais resultados alcançados e constatação da pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

O interesse em estudar o RDA e seus impactos em bibliotecas brasileiras se deu desde o início da graduação. No terceiro período do curso de Biblioteconomia, no ano de 2014, as aulas de Representação Descritiva (RD) começaram a apresentar e discutir o novo código internacional de catalogação que veio para substituir a AACR2.

Em 2015, surge a oportunidade de estagiar em um escritório da Biblioteca do Congresso Americano no Rio de Janeiro. Experiência enriquecedora onde se obteve o primeiro contato com a catalogação na prática. Nesse momento foi

³ Informação confirmada via e-mail com a coordenadora do setor de Catalogação do Library of Congress Overseas Offices, Carla Maia. “O treinamento do RDA no escritório do Rio foi iniciado em setembro de 2012 e foi concluído em março de 2013. A implementação oficial do RDA na LC, incluindo todos os 6 escritórios Overseas, se deu em abril de 2013”.

possível participar de treinamentos voltados para a descrição dos recursos bibliográficos a partir do uso do RDA; auxiliar na migração de dados de implantação de sistema; dentre outras diversas atividades. A experiência vivida alimentou o interesse sobre a temática e a inclinação em investigar o porquê de as bibliotecas brasileiras não adotarem o novo código.

Por esse motivo, iniciou-se as buscas por referências bibliográficas que abordassem a experiência de utilização do RDA no Brasil levando a aluna a ter acesso à experiência da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No entanto, os questionamentos a respeito da implantação do RDA no Brasil ainda se mantiveram, o que levou a continuidade das pesquisas e busca de trabalhos que abordassem os novos rumos da catalogação no país para que pudesse compreender a que passos andam a adoção do RDA para a elaboração de descrição dos registros nos catálogos das bibliotecas brasileiras.

1.2 OBJETIVOS

Investigar os impactos da aplicação do *Resource Description and Access* (RDA) na Biblioteca Irmão José Otão da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul é o objetivo geral dessa pesquisa. Para atingi-lo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- conhecer a literatura acerca do novo código de catalogação que vem sendo publicada na área de Ciência da Informação.
- identificar o processo da implantação do RDA na Biblioteca Central Irmão José Otão, da PUCRS.
- analisar os resultados com vistas a identificar os avanços e dificuldades encontradas na adoção do RDA.

1.3 METODOLOGIA

Nessa subseção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do trabalho, isto é, os caminhos percorridos para alcançar os objetivos estabelecidos.

Sendo assim, do ponto de vista da natureza da pesquisa, o presente trabalho caracteriza por pesquisa básica que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20)”. Nesse sentido, busca aprofundar os conhecimentos a respeito do RDA e os aspectos teóricos que o envolvem.

Quanto a abordagem do problema define-se como pesquisa qualitativa, no sentido que utiliza de dados não quantitativos para descrever, compreender e explicar os impactos da aplicação do RDA na Biblioteca Central Irmão José Otão. Como já mencionado na introdução, o universo da presente investigação elegeu a Biblioteca Central da PUCRS como instituição a ser pesquisada por considerá-la pioneira e representativa do cenário brasileiro.

No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois seu propósito é trazer familiaridade com o problema e torná-lo explícito. Nesse sentido, Gil (1991, apud, SILVA; MENEZES, 2005, p. 21) considera que é um tipo de pesquisa que

[...] envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Muito embora a pesquisa tenha sido aplicada a apenas uma biblioteca, pelo fato de ser pioneira no Brasil, não se caracteriza como um estudo de caso, pois para tanto, necessitaria de um estudo aprofundado dos impactos que envolvem o RDA na Instituição, isso compreende visita a instituição, entrevista com mais profissionais envolvidos com a adoção, acesso a documentos, estatísticas, relatórios, etc., ou seja, demandaria mais que quatro meses de elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Em relação aos procedimentos técnicos adotados foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos de periódicos, livros, dissertações e monografias que tratam dos temas acerca do RDA, a saber: panorama histórico da catalogação, catálogos, códigos e normas de catalogação e os modelos conceituais.

A pesquisa bibliográfica foi feita nos catálogos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Divisão de Bibliotecas e Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DBD); na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); em revistas de biblioteconomia e ciência da informação, como a Encontros Bibli, Revista

IberoAmericana de Ciência da Informação (RICI) e Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI); em bancos de tese, dissertação e monografia das universidades brasileiras e; na ferramenta de pesquisa Google Scholar. Foram recuperados 54 documentos que após análise e leitura dos resumos, foram considerados pertinentes e compuseram o referencial teórico.

A caracterização da instituição foi realizada a partir da pesquisa documental no site da instituição. Foram levados em consideração questões que envolvem a localização, a estrutura organizacional, histórico de criação e composição do acervo.

Para identificar o levantamento dos impactos observados na implantação do RDA foi utilizada a técnica de entrevista acompanhada de um roteiro o que a caracteriza como semi-estruturada.

O roteiro semi-estruturado (Apêndice A) foi estruturado em 3 blocos de pergunta: - estrutura organizacional da biblioteca; - adoção do RDA; - uso e aplicação do RDA.

A entrevista foi realizada a distância, por meio da ferramenta *Hangout*⁴, com o bibliotecário coordenador da seção de Tratamento da Informação, da Biblioteca Central Irmão José Otão, responsável pela adoção no novo código na instituição.

O primeiro contato entre a entrevistadora e o entrevistado foi estabelecido por meio de contato telefônico, onde foi possível fazer as devidas apresentações e esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa. Prontamente, o bibliotecário Marcelo Votto aceitou participar da pesquisa e solicitou os documentos necessários para que a instituição concedesse a permissão da entrevista.

Em 27 de setembro de 2017 foi encaminhado a instituição por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) acompanhado de uma carta com informações referentes a pesquisa devidamente assinada (Apêndice B) e a Resolução Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016 que dispõe sobre a ética nas pesquisas de Ciências Humanas e Sociais.

A entrevista foi realizada no dia 11 de outubro de 2017. Para garantir a fidedignidade das informações a entrevista foi gravada com autorização previa estabelecida entre as partes.

⁴ É uma plataforma de mensagens instantâneas e chat de vídeo desenvolvido pelo Google. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Hangouts>

2 CATALOGAÇÃO E CATÁLOGOS

Com o propósito de apresentar os impactos do novo código internacional de catalogação, o RDA, no universo bibliográfico, faz-se necessário apresentar um panorama histórico da catalogação.

Na busca de salvaguardar e tornar a informação acessível, profissionais envolvidos com bibliotecas ao longo dos anos criaram mecanismos de organização da informação. Desde os primeiros registros da prática de catalogação que se tem conhecimento aos registros bibliográficos automatizados, a catalogação sofreu mudanças substanciais. Sob esta óptica, o que é catalogar?

Catalogar é entendido como representar o documento a partir de seus atributos. Essa representação pode ser descritiva e temática. Representar descritivamente um documento significa reunir um conjunto de elementos necessários à sua identificação para fins de recuperação, isso inclui a representação física e o estabelecimento de pontos de acesso. Representar tematicamente indica refletir o conteúdo temático de um documento (SILVEIRA, 2017). Sob este prisma

A catalogação consiste na prática de descrever um item com base em suas características, como autores, títulos, edição, dados de publicação e distribuição, bem como sua extensão e detalhes específicos do documento para fins de sua rápida recuperação (OLIVEIRA, 2014, p. 1).

A catalogação é um campo de estudo que usa a técnica para representar informações, é construída através de descrições padronizadas, isto é, fundamentada em regras para que os registros criados – produto da catalogação – possam ser decifrados independente de interpretações individuais, garantindo assim sua universalidade. Nesse tocante Ortega (2011, p. 45), considera que

Representação descritiva refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (ou, mais especificamente, catalogação descritiva) em especial entre a comunidade de bibliotecas, e de descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica. Representação temática, por sua vez, refere-se à atribuição de assuntos aos documentos a partir da classificação bibliográfica, da indexação e da elaboração de resumos.

Em “Introdução a catalogação”, uma obra clássica para os bibliotecários e estudantes de biblioteconomia, Mey (1995) aponta as funções da catalogação:

- a) permitir ao usuário: 1. Localizar um item específico; 2. Escolher entre várias manifestações de um item; 3. Escolher entre vários itens semelhantes, sobre quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum; 4. Expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna.
- b) permitir a um item encontrar seu usuário; c) permitir a outra biblioteca: 1. Localizar um item específico; 2. Saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio (MEY, 1995, p. 7).

Nota-se que as funções da catalogação destacadas pela autora são tarefas indispensáveis e que devem ser consideradas na criação de registros bibliográficos.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 313) o registro bibliográfico é “registro armazenado em suporte informatizado, contendo dados bibliográficos com a descrição de um ou mais segmentos de registros”. Servem basicamente para que os usuários identifiquem nos registros o item desejado e escolham aquele com a informação pertinente a sua pesquisa, esses são constituídos de três elementos: descrição bibliográfica, pontos de acesso e número de chamada. Interessante verificar que para Cunha e Cavalcanti o termo registro bibliográfico está intimamente ligado com o catálogo informatizado.

De acordo com Naves (2000) descrição é um enunciado de propriedades de um “objeto”, ou das relações desse objeto com outros que o identificam.

Ponto de acesso diz respeito ao nome, termo ou código pelo qual pode ser procurado e identificado um item. Os pontos de acesso podem ser de assunto, responsabilidade e título.

Já o número de chamada refere-se aos dados de localização do documento. Representa a localização física de um item e possibilita a organização e arranjo do acervo. Para o melhor desempenho das funções apresentadas, Mey e Silveira (2009) consideram que a catalogação deve possuir as seguintes características:

- a) **integridade**: isto é, o catalogador deve representar informações que condizem com a fonte de informação, na ausência de dados, deve-se considerar os sinais permitidos (por código de catalogação ou normas) para reproduzir a informação faltante;
- b) **clareza**: isto é, a mensagem deve ser transparente ao público que se destina;

- c) **precisão:** isto é, informação com retidão representando apenas um conceito, sem imprecisão;
- d) **lógica:** isto é, informações dispostas de modo lógico;
- e) **consistência:** isto é, as informações devem obedecer a um padrão, se o catalogador escolheu que o ponto de acesso de autores deve seguir a uma ordem, a e mesma deverá ser praticada em situações semelhantes.

A história da catalogação remota desde a Antiguidade, como se pode observar com detalhes em Mey e Silveira (2009), Garrido Arrila (2000) e Strout (1969). Neste trabalho serão apontados apenas os períodos mais “destacados” na literatura por autores que se dedicaram a descrever um panorama histórico da catalogação.

Fiuza (1980) constata que as tecnologias tiveram grande influência na evolução das normas de catalogação, a considerar a invenção da imprensa quando começaram a atribuir autoria para as publicações. Ortega (2011) também concorda que a trajetória da catalogação teve forte influência das tecnologias em desenvolvimento e acrescenta outros fatores condicionantes, como os econômicos e políticos.

Da Antiguidade ao séc. XX a catalogação obteve feitos considerados como um passo inicial para a criação de catálogos e bibliografias, a saber:

[...] catalogação de partes de documentos, uso de remissivas, construção de índices de autor e de assunto, entrada de autores pessoais pelo sobrenome, reunião de livros relativos à mesma obra, adaptação das normas às necessidades locais, e, por fim, a confecção de fichas para possibilitar o registro das diversas informações sobre um documento e a sua atualização constante (MEY, 1995, p. 20).

Muitos avanços podem ser observados nos períodos acima destacados, porém somente a partir do século XIX é que surge a Biblioteconomia que se conhece no presente. Isto se dá devido a contribuição de grandes teóricos que começaram a discutir e descrever princípios da catalogação (ORTEGA, 2011).

Importante também abordar um panorama dos fundamentos da catalogação para que se compreenda a evolução que esse campo de estudo passou e que se entenda a relevância das normas, princípios e códigos hoje estabelecidos. Garrido

Arilla (2000, apud, TOLENTINO, 2015) discorre sobre a trajetória da catalogação e a divide em quatro fases:

- 1º Pré técnica (Antiguidade ao XIX) – período em que foram construídos os primeiros catálogos, ditos primitivos, e época em que surgiram os primeiros esquemas de normatização para a catalogação.
- 2º Técnica (Início do séc. XIX a metade séc. XX) – período destacado pelo final da Revolução Francesa e crescimento das bibliotecas públicas na Europa. Fase de grande contribuição para a catalogação com Andrea Crestodoro, Anthony Panizzi, Charles Jewett e Charles Ammi Cutter que conceberam os primeiros princípios da catalogação.
- 3º Especializada (início do séc. XX) – período marcado por grandes acontecimentos, como a Conferência Internacional de Paris (1961), Conferência de Copenhague (1969), a criação do programa Controle Bibliográfico Universal (CBU) e das Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs).
- 4º Comunicação Internacional (final do séc. XX) – período marcado pelo crescimento da produção documental. Nessa fase a Biblioteconomia Internacional volta seus esforços para a criação de sistemas que sejam cooperativos, isto é, sistemas que permitam uma catalogação centralizada e compartilhada através de catálogos coletivos.

A partir do exposto acima é possível afirmar que a catalogação não é uma prática de compilação de listas de títulos e assuntos, ou cópia de registros bibliográficos de outros catálogos como muitos leigos acreditam. Catalogar denota representar o item consoante às suas características descritivas e temáticas com vistas ao entendimento do usuário para uma melhor recuperação da informação.

2.2 CATÁLOGOS

O catálogo é um instrumento utilizado para o gerenciamento de informações das unidades informacionais⁵. Seu propósito é de servir aos usuários de forma

⁵ O termo unidade informacional, neste trabalho, refere-se as unidades de informação, como as bibliotecas, arquivos, museus e etc.

igualitária recuperando dados consistentes a sua busca. Um catálogo, para Mey e Silveira (2009, p. 12)

[...] é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas.

O catálogo representa uma ferramenta de comunicação muito importante entre o usuário e a biblioteca. O bibliotecário catalogador que alimenta essa ferramenta, realizando a representação descritiva dos itens, também é responsável por compilar pontos de acesso e relacionamentos entre as entidades para que os itens possam ser pesquisados, selecionados e obtidos.

Segundo Mey (1987), os catálogos servem de ponte entre o usuário e o acervo podendo aparecer na forma de livro, folhas, fichas, armazenado em memória de computador, dentre outros, isto é, ele pode estar em diversas formas, porém sua essência continua a mesma.

Araújo (2010) acredita que a importância de se pensar em catálogos voltados a atender às necessidades do usuário está intimamente ligada a pensar na postura crítica do bibliotecário. Esse profissional é um filtro entre a informação e o seu usuário, portanto, ele deve estar apto a responder as necessidades variadas de informação de seu consulente. O catálogo não pode ser pensado apenas como um objeto de comunicação entre bibliotecas ou bibliotecários e se afastar do seu real fim, sanar a necessidade de informação do consulente.

Conforme declarou Araújo (2010), entende-se que o designo principal de um catálogo é de amparar o seu usuário na sua busca.

Os catálogos bibliográficos em fichas ou em linha, estes últimos também conhecidos como *Online Public Access Catalogue*, foram desenhados para melhor organizar e dinamizar os itens arquivados em uma biblioteca. Saciar a necessidade do consulente de biblioteca, na busca por informação, é objetivo de construção desses bancos de dados. (ARAÚJO, 2010, p.17)

Segundo Lancaster (1977, apud MARTINHO; FUJITA, 2010, p. 64) “o catálogo é a mais importante chave para a coleção da biblioteca” e sua função maior é saber se a biblioteca possui um item bibliográfico específico cujo autor e/ou título são conhecidos [...] e se assim for, onde está localizado”.

A preocupação em delimitar as funções do catálogo fez com que precursores estudiosos da catalogação discutissem os objetivos do catálogo a décadas atrás. Cutter (1904, p.12, tradução nossa) destacou que para atingir seus objetivos o catálogo deve:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual ou: (a) o autor; (b) o título; (c) o assunto; seja conhecido
2. Mostrar o que a biblioteca possui: (d) de um determinado autor; (e) sobre determinado assunto; (f) em determinado tipo de literatura
3. Auxiliar na escolha de um livro: (g) por sua edição (bibliograficamente), por seu caráter (literário ou tópico).⁶

E para alcançar seus objetivos Cutter (1904) indica que os meios são:

- Para atingir os objetivos 1(a) e 2(d) o meio é entrada de autor com as referências necessárias;
- Para atingir o objetivo 1(b) os meios necessários são entrada de título ou referência de título;
- Para atingir os objetivos 1(c) e 2(e) os meios são entrada de assunto, referências cruzadas e tabelas de assuntos classificadas;
- Para atingir o objetivo 2(f) os meios necessários são entrada de forma e entrada de língua;
- Para atingir o objetivo 3(g) os meios necessários são informação de edição e imprensa, com notas quando for necessário;
- Para atingir o objetivo 3(h) o meio necessário são as notas.

De acordo com a Statement Of International Cataloguing Principles (2016, p. 10-11, tradução nossa) “o catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador (usuário)”:

Encontrar – recursos bibliográficos em uma coleção como resultado de uma pesquisa usando atributos ou relações das entidades:

Identificar – um recurso ou agente bibliográfico (isto é, para confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou a distinguir entre duas ou mais entidades com características);

Selecionar – um recurso bibliográfico apropriado para as necessidades do usuário (isto é, para escolher um recurso que atende aos requisitos do usuário em relação ao meio, conteúdo,

⁶ Tradução de: 1. To enable a person to find a book of which either: a) the author; b) the title; c) the subject} is known. 2. To show what the library has: d) by a given author; e) on a given subject; f) in a given kind of literature. 3. To assist in the choice of a book: g) as to its edition (bibliographically); h) as to its character (literary or topical).

transportador, etc., ou rejeitar um recurso como inapropriado para as necessidades do usuário);

Adquirir ou obter – acesso a um item descrito (ou seja, para fornecer informações que permitir que o usuário adquira um item através de compra, empréstimo, etc., ou para acessar um item Eletronicamente através de uma conexão on-line para uma fonte remota); ou para acessar, adquirir ou obter dados de autoridade ou dados bibliográficos;

Navegar – e explorar dentro de um catálogo, através do arranjo lógico de bibliografia e autoridade dados e a clara apresentação de relações entre entidades além do catálogo, para outros catálogos e em contextos que não são de biblioteca.

São notórias as transformações que o catálogo passou ao longo de sua história, já foram livro impresso, cartões ou fichas, folhas presas a fichários e etc... Em sua trajetória, essas ferramentas foram dando lugar a outras acompanhando as tecnologias vigentes. Como apontou Pinheiro (2009), o catálogo em livro foi sendo substituído pelo catálogo de fichas. Ou como mencionou Moreno (2006) o catálogo manual (ficha) foi dando lugar ao catálogo eletrônico e em linha na década de 90.

A esse respeito Figueiredo (1996, apud LANCASTER, 2004, p. 194), destaca que “os catálogos de bibliotecas existem há séculos, porém somente a partir da década de 90, é que se buscou formas de avaliá-los como ferramentas de buscas bibliográficas”.

Mey e Silveira (2009) fizeram um levantamento histórico dos catálogos e da catalogação, da Antiguidade ao início do séc. XXI, onde apontaram as listas que possuíam características de catálogos, porém não eram entendidas como tal. Ao longo dos anos com o avanço e aplicação das TICs os catálogos foram assumindo diferentes formas e funções até se chegar ao seu objetivo atual que é de recuperar informação para o usuário (QUEIROZ; ARAUJO, 2014).

Os catálogos até o século XIX eram vistos somente como listas de itens existentes em bibliotecas. Nesse período não existia uma preocupação em proporcionar a sistematização de informações, fato contrário com a realidade vista hoje (PAIVA, 2011, p.4).

O avanço tecnológico na área da informação foi responsável pela concepção de diversos serviços e formatos para tratamento e utilização de informações. Atualmente, em grande parte das unidades de informação, serviços e processos de gerenciamento encontram-se automatizados, como por exemplo as fichas catalográficas antes manuais, agora podem ser criadas e lidas automaticamente por softwares, catálogos antes manuais, agora eletrônicos, em linha, podendo contribuir

para redes de catalogação cooperativa (MACHADO; VON HELDE; COUTO, 2008) É sabido que ao longo da trajetória da catalogação diversos padrões foram estabelecidos de forma a responder as necessidades dos usuários e salvaguardar as informações contidas nos acervos (SANTOS; CÔRREA, 2009). Para que a prática da catalogação seja fundamentada é necessário a utilização de normas que sejam pautadas em estudos de teoria e prática de catalogação, objetivando agilidade e competência no intercâmbio de informações bibliográficas (SOUZA, 2003).

Como fonte de referência para os registros do conhecimento os catálogos atualmente são encontrados em fichas (manuais) ou automatizados, o formato irá depender, geralmente, dos recursos que dispõe a biblioteca ou da escolha do bibliotecário de acordo com o quantitativo de acervo (MEY; SILVEIRA, 2009). Os catálogos manuais e automatizados possuem diversas categorias, a saber: de assunto, topográfico, sistemático, registro, identidade, etc... No entanto, seus tipos não serão abordados nesse trabalho, visto que, detalhar suas facetas não é o nosso escopo principal.

Sendo assim, um catalogo não pode ser considerado uma simples lista com informações bibliográficas e enumerativas dos itens disponíveis na biblioteca. O catalogo é um instrumento com recursos capazes de guiar o usuário à informação desejada, como por exemplo as referências cruzadas, conhecidas como *Ver e Ver também* e os pontos de acesso secundários (PINHEIRO, 2009). Sob esta perspectiva, o próximo ponto irá abordar os códigos de catalogação.

3 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO, NORMA E PRINCÍPIOS

Verifica-se ao longo da história da catalogação tentativas de se estabelecer diretrizes para a padronização dos catálogos das bibliotecas. A descrição de um documento deve estar pautada em princípios, e os códigos de catalogação⁷ são uma forma de uniformização dos registros, realizados a partir do estabelecimento de normas⁸, de forma que o produto da catalogação possa ser compartilhado.

Sob esta perspectiva, a presente seção trata de um panorama histórico dos códigos de catalogação e das normas que dão suporte a padronização internacional da catalogação. Serão apresentadas as primeiras normas que culminaram no desenvolvimento dos códigos de catalogação; as primeiras discussões que levaram ao estabelecimento de princípios para catalogação; a norma padrão recomendada pela IFLA para a descrição bibliográfica (FRBR) e; os códigos de catalogação de grande repercussão na literatura até chegar ao RDA.

Os códigos de catalogação surgem da conveniência de normalizar a representação da informação feita através dos itens informacionais, são elementares para o controle bibliográfico, garantem a uniformidade de interpretação dos registros nos catálogos, tanto para o usuário quanto para os bibliotecários, e contribuem para uma universalização e compartilhamento de informações bibliográficas. Obedecem a uma estrutura sistematizada de descrição, pontos de acesso e forma dos cabeçalhos (SANTOS, CÔRREA, 2009).

Barbosa (1978) divide a história da normalização catalográfica em três períodos, a saber:

- a) Período tradicional – compreende o período de Pannizzi à Conferencia de Paris (1841 a 1961).
- b) Período pré-mecanizado – da Conferencia de Paris a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) (1961-1969)
- c) Período mecanizado – da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) ao Controle Bibliográfico Universal (CBU) (1969-1973).

⁷ “Conjunto de regras que orientam a elaboração da descrição bibliográfica de um documento (SILVEIRA, 2017)”.

⁸ O termo “norma” muito usado nessa seção é empregado no sentido de “algo construído coletivamente e gerado com o propósito de simplificar, racionalizar e unificar os produtos dos processos documentais (GUINCHAT, MENO, 1994).

O período tradicional, refere-se ao século XIX, mais especificamente 1839, quando Anthony Panizzi publicou a *British Museum Rules* (Regras do Museu Britânico), ou “91 regras” como é também chamado esse documento, para serem usadas no catálogo do Museu Britânico (Inglaterra). Essas regras provocaram muitos debates entre usuários do museu, bibliotecários e membros da Câmara dos Comuns, esse movimento foi chamado de “Batalha das Regras” (BARBOSA, 1978). Suas principais características destacam-se por:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua, etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos.
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada (FIUZA, 1987, p. 47).

Aprovado em 1841 pelos diretores do Museu, o documento teve sua última edição publicada em 1936. As Regras do Museu Britânico influenciaram os demais códigos que surgiram e que serão vistos a seguir.

Ainda no século XIX, ano de 1852, Charles C. Jewet publicou *Smithsonian Institute Rules* (Regras do Instituto Educacional Smithsonian) um código de catalogação com 33 regras que foram baseadas nas de Panizzi. Suas principais particularidades são:

- a) As obras escritas sob pseudônimo eram catalogadas pelo nome verdadeiro do autor, mesmo que o pseudônimo fosse mais conhecido;
- b) O conceito de autoria coletiva foi firmado, adotando para entrada das publicações oficiais americanas a abreviatura U.S. correspondente a *United States* (BARBOSA, 1978, p. 28)

No ano de 1876, Charles Ami Cutter publicou *Rules for a Dictionary Catalog* (Regras para um Catálogo Dicionário), que teve sua última edição em 1904. Esse documento consiste em um código com 369 regras que estabeleciam normas para entradas de autor e título, descrição bibliográfica da obra, cabeçalho de assunto,

alfabetação e arquivamento de fichas (BARBOSA, 1978), dentre outras. Pautadas em três princípios, as regras de Cutter eram baseadas, segundo Fiuza (1980, p. 141) na:

[...] conveniência do usuário, a especificidade do cabeçalho de assunto e a consideração do catálogo como instrumento que, além de ser um inventário do acervo deveria facilitar a localização de todos os livros de um autor, reunindo-os num determinado lugar no catálogo.

Em 1899, foi publicada as Instruções Prussianas, adotada na Alemanha, Áustria, Hungria, Suécia, Suíça, Dinamarca, Holanda e Noruega,. Esse documento teve sua última edição em 1908. Barbosa (1978) destaca que esse código é originário do Código da Real Biblioteca de Berlim (1890), porém só foi publicado como Instruções Prussianas em 1899, e tão somente em 1936 ganhou destaque internacional por ter sido usado para a construção do Catálogo Coletivo da Alemanha.

Suas principais características eram (BARBOSA, 1978, p. 31):

- a) A falta de regra para autoria coletiva. Se o nome de um autor pessoal não figurasse na página de rosto, a obra era considerada anônima e catalogada pelo título. Uma exceção se fazia para firmas comerciais e;
- b) O arquivamento de fichas pela primeira palavra substantivada do título (palavra-chave).

As instruções Prussianas foram substituídas em dezembro de 1867 por *Regeln für die alphabetische Katalogisierung* (RAK) que teve como principal característica a adoção de conceitos de autoria corporativa e o arquivo mecânico de títulos. Suas regras foram criadas para serem adaptáveis a computador e aos acordos internacionais. Foi amplamente adotada na Alemanha e Áustria na década de 1980.

No século XX, especificamente no ano de 1908, primeira edição do Código da ALA foi publicado, originado de um trabalho apresentado em uma conferência da mesma instituição, chamado *Condensed rules for an author and title catalog*. Essa edição foi bastante criticada por apresentar excesso de detalhes na descrição e poucas soluções para os problemas.

Em 1932 iniciou-se o processo de revisão da primeira edição desse Código, e somente em 1941 foi publicado a Segunda Edição Preliminar do Código da ALA. Críticas ao Código voltaram a aparecer, uma das mais conhecidas, publicada em

um artigo por Osborn, “*The crisis of cataloguing*”, alertava para o fato do Código abandonar os princípios de sua fundamentação e distanciamento do objetivo principal da catalogação que é atender as demandas do consulente. No ano de 1949, segunda edição do Código da ALA foi publicada, em dois volumes um referente a representação descritiva, outro referente a entradas e cabeçalhos, conhecidos como *Green Book* (livro verde) e *Red Book* (livro vermelho), respectivamente. Críticas se repetiram e Lubetzky foi convidado a fazer uma análise da segunda edição do Código da ALA. Em 1953, Lubetzky publicou sua contribuição que seria usada como base para a revisão do Código, onde alertou que se deve pensar em um código simplificado e de fácil utilização, pois isso influirá diretamente nos custos do trabalho de catalogar (BARBOSA, 1978).

Ainda no século XX, no ano de 1920, surge a *Norme per il catalogo degli stampati*, também conhecida como Código da Vaticana. Um código de catalogação criado para atender a Biblioteca Apostólica Vaticana que teve grande aceitação pelo mundo, especialmente na América Latina. Fundamentando na primeira edição do Código da ALA, a Vaticana possui como características regras para a entradas, catalogação descritiva, cabeçalhos de assunto, arquivamento de fichas, dentre outras (BARBOSA, 1978).

O segundo período, chamado por Barbosa (1978) de Pré-Mecanizado ficou marcado pela publicação da Declaração de Princípios de Paris⁹, que, dentre outros objetivos, surgiu para internacionalizar as regras existentes nos códigos de catalogação. Também lembrado pelo lançamento do AACR¹⁰ que viria a reproduzir os princípios estabelecidos na Conferência de Paris. Este período também se destacou pela evolução de projetos voltados a automatização da catalogação como o *Machine Readable Cataloging (MARC)*¹¹ da *Library of Congress (LC)*.

Conforme destacou Barbosa (1978) o terceiro período, é o período onde se desenvolveram programas internacionais, grande parte voltados a utilização do computador – por isso chamado de mecanizado – tendo em vista o Controle

⁹ Poderá ser visto com mais detalhes na subseção 3.1

¹⁰ Poderá ser visto com mais detalhes na subseção 3.3

¹¹ MARC 21 para dados bibliográficos e de autoridades é um formato criado para processar dados catalogados de forma que eles fiquem legíveis por computador. Projetado para dar suporte a representação documental de materiais textuais impressos e manuscritos, arquivos de computador, mapas, música, recursos contínuos, materiais visuais e materiais mistos, dentre outros. Detalhes em: <<https://www.loc.gov/marc/bibliographic/>>

Bibliográfico Universal¹². Nesse intervalo de tempo foi organizada a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) – ocorrida em 1969 em Copenhague. O objetivo principal da RIEC foi alcançar internacionalmente uma padronização da representação descritiva para um melhor desempenho da catalogação compartilhada.

3.1 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCIPIOS DE CATALOGAÇÃO

A Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, aconteceu em Paris, França, no ano de 1961, onde foi aprovado a Declaração de Princípios, também conhecido como Princípios de Paris.

O seu propósito de servir como base, para uma normalização internacional na catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde tal data, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva (DECLARAÇÃO..., 2009, p. 1).

Barbosa (1978) salienta que antes mesmo de acontecer a Conferência esforços eram voltados na tentativa de uma discussão internacional a fim de levantar críticas e sugestões, para isso foram formadas comissões nacionais em diversos países. Depois de revista e discutida a Declaração de Princípios foi votada por cinquenta e três delegados presentes na Conferência Internacional.

O que motivou a realização da Conferência foram as críticas de Lubetzky à segunda edição do Código da ALA, onde ele alertava, dentre outras coisas, para a necessidade de estabelecimento de princípios na catalogação.

Considerado o primeiro evento internacional reservado para discutir normalização na catalogação, a Conferência Internacional foi um importante avanço para a área. Das resoluções estabelecidas, algumas foram destacadas por (BARBOSA, 1978, p. 42), a saber:

- a) que os delegados e comissões nacionais promovessem, em seus países, a maior publicidade possível para os textos dos Princípios [...]
- b) que países pertencentes à mesma área linguística deveriam elaborar seus códigos ou rever os já existentes, de acordo com os Princípios estabelecidos [...]

¹² Sua finalidade é tornar disponível universalmente, sob forma tradicionalmente aceita, os dados bibliográficos de todas as publicações editadas em seus países de origem (BARBOSA, 1978, p. 56)

Nesse sentido, a [...] Conferência de Paris é, portanto, a primeira etapa importante de padronização em uma plataforma internacional (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 23). Propiciou que novos códigos de catalogação fossem difundidos, agora, baseados nos Princípios de Paris.

Os princípios foram estabelecidos para os seguintes pontos:

- 1 Alcance dos princípios (abrangência);
- 2 Funções do catálogo;
- 3 Estrutura do catálogo;
- 4 Tipos de entradas;
- 5 Uso de entradas múltiplas;
- 6 Função dos diferentes tipos de entrada;
- 7 Escolha de cabeçalho uniforme;
- 8 Autor individual;
- 9 Entrada de entidades coletivas;
- 10 Autores múltiplos;
- 11 Obras catalogadas pelo título;
- 12 Palavra de Entrada para os Nomes de Autores Individuais.

Como já mencionado anteriormente, a década de 1960 é conhecida na catalogação como período pré-mecanizado, pois grandes trabalhos foram iniciados nessa época, no sentido de mecanizar os serviços na biblioteca.

Com o desenvolvimento dos catálogos e a evolução da recuperação da informação, os Princípios de Paris de 1961 precisaram ser revistos pela IFLA, de forma que continuassem a suprir as necessidades dos usuários de informação.

Passados quarenta anos, ter um conjunto comum de princípios internacionais de catalogação tornou-se ainda mais desejável uma vez que catalogadores e respectivos clientes, em todo o mundo, usam OPACs (Online Public Access Catalogues) de múltiplas proveniências. Neste momento, no debalde do século XXI, a IFLA desenvolveu esforços para adaptar os Princípios de Paris a objetivos que se aplicam aos catálogos de bibliotecas em linha e para lá deles. O primeiro desses objetivos é servir a conveniência do utilizador do catálogo (DECLARAÇÃO ..., 2009, p. 1).

As mudanças que podem ser observadas nas edições de 1961 e 2009 são mudanças relativas ao âmbito, as funções do catálogo e a descrição bibliográfica, no entanto, observa-se que sua essência continua a mesma: a satisfação dos usuários (SANTOS; CÔRREA, 2009).

Os Princípios de Paris de 1961 tem o foco voltado para entradas e cabeçalhos, já os Princípios de 2009 privilegiam a descrição bibliográfica, a de

autoridade, representação descritiva e de assunto, isto é, são mais abrangentes se comparados.

Os Princípios firmados em 2009 são fundamentados em grandes tradições catalográficas do mundo como o *Rules for a dictionary catalog de Cutter* (1904) e no modelo conceitual FRBR com o objetivo de facilitar o intercâmbio de dados bibliográficos e de autoridade (DECLARAÇÃO ..., 2009).

Para se regular às novas tecnologias - como a *Online Public Access Catalogues* (OPAC) - que envolvem o tratamento e a recuperação da informação - a IFLA lidera os processos de geração de conceitos e regras de forma a adequar-se à nova realidade (SANTOS; CÔRREA, 2009). Portanto, em 2003 foi iniciado um documento preliminar aprovado pelo 1º Encontro de Peritos sobre um Código de Catalogação Internacional, em Frankfurt, na Alemanha, para substituir a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação de 1961, esse esboço teve uma revisão em 2005 (TILLET, 2007).

Em 2009 foi publicado a nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação que surgiu para substituir e ampliar a Declaração de Princípios de 1961. A Declaração de 2009 traz novidades como, concordância com os conceitos da FRBR e foco nos catálogos online. É fruto da diversas reuniões de especialistas, chamada de *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME-ICC)*¹³ (Encontro de Especialistas Sobre um Código de Catalogação Internacional) (DECLARAÇÃO ..., 2009).

A Declaração de Princípios mais recente que se tem conhecimento é a de 2016 com algumas revisões em 2017, em língua inglesa, ainda não traduzida para a língua portuguesa. A nova edição de 2016 leva em consideração novas categorias de usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade, acessibilidade de dados, recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento do usuário em geral (STATEMENT..., 2016, p. 4).

Grandes evoluções de 1961 a 2016 podem ser observadas no sentido que os Princípios de Paris de 1961 eram voltadas aos recursos apenas textuais e escolha e forma de entrada, os de 2009 ampliaram para todos os tipos de recursos e todos os aspectos de dados bibliográficos e de autoridade nos catálogos da biblioteca, os de

¹³ Será aprofundada na seção 3.4 RDA

2016 como acima destacados focam em novas categorias de usuários, intercâmbio de informação, novos recursos etc.. (STATEMENT ..., 2016).

Os Princípios Internacionais de Catalogação foram criados para a padronização e normalização dos registros bibliográficos, em decorrência, muitos códigos de catalogação após 1961 passaram a seguir as novas regras e a partir dos IME-ICC iniciou-se as discussões acerca da criação de um novo código de catalogação universal que estivesse pautado em objetivos e metas internacionais, como os Princípios Internacionais de Catalogação.

3.2 ISBD

A ISBD, *International Standard Bibliographic Description* (Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional), é um padrão para descrição de materiais de uma unidade informacional. É uma norma de padronização recomendada pela IFLA que pode ser usada tanto em catálogos quanto bibliografias. Vigente a mais de 30 anos, a ISBD consiste em um meio de comunicação normalizado que integra muitos códigos de catalogação pelo mundo. Seu principal objetivo é de oferecer congruência no compartilhamento de informações bibliográficas. Dessa forma, a ISBD pretende servir como a principal norma para a formação do controle bibliográfico universal, isto é, que a informação bibliográfica dos recursos disponibilizados pelos países seja uniforme e em padrão aceitável internacionalmente. Pretende ser útil e aplicável a descrições bibliográficas de todos os tipos de recursos publicados em qualquer tipo de catálogo (DESCRIBÇÃO..., 2012).

Tratando ainda dos conceitos sobre a ISBD, Enang e Umoren (2011, p. 37, tradução nossa) consideram que a

ISBD é um conjunto de regras produzidas pela Federação Internacional de Associação de Bibliotecas para descrever uma ampla gama de materiais de biblioteca, dentro do contexto de um catálogo e foi incorporado nas Regras Anglo-Americanas de Catalogação (AACR) de 1988.

Segundo Escolano Rodriguez, Presidente do Grupo de Revisão da ISBD, e McGarry, Presidente do Grupo de Estudo sobre Orientação Futura das ISBDs, (2007), para alcançar seus objetivos, a ISBD busca especificar os elementos que compõem a descrição bibliográfica e determina a ordem em que esses elementos

deverão ser apresentados, além de indicar também a pontuação com que eles devem ser separados. Sua pontuação prescrita serve para reconhecer e visualizar elementos de dados em qualquer língua. De acordo com as autoras são três os objetivos básicos da ISBD:

- tornar possível o intercâmbio de registos provenientes de diferentes fontes, de tal forma que os registos criados num país possam ser facilmente integrados nos catálogos de qualquer país;
- ajudar na interpretação de registos ultrapassando as barreiras das diferentes línguas, de tal forma que registos produzidos por utilizadores de uma língua possam ser interpretados por utilizadores de outras línguas;
- realçar a interoperacionalidade com outros sistemas padrão (ESCOLANO RODRIGUEZ; MCGARRY, 2007, p. 1-2).

A ideia de ISBD nasce em 1969 em Copenhague quando o Comitê de Catalogação da IFLA (*IFLA Committee on Cataloguing*) financiou a RIEC. Nesta conferência foi apresentada por Michael Gorman uma resolução que sugeria a elaboração de uma norma visando a padronização da forma e conteúdo das descrições bibliográficas (SILVA, 2016) e (ESCOLANO RODRIGUEZ; MCGARRY, 2007).

Em 1971 foi publicada a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Monografias (ISBD-M). E, a partir dela, foram criadas as ISBDs específicas para os diferentes tipos de recursos, a saber:

- ISBD (G) [*General/geral*]: em 1977, para descrição e identificação todo material bibliográfico;
- ISBD (CM) [*Cartographic materials/material cartográfico*]: em 1977, para descrição e identificação de materiais cartográficos;
- ISBD (S) [*Serials/seriado*]: em 1974, para descrição e identificação dos recursos contínuos;
- ISBD (CF) [*Computers Files/arquivo de computador*]: em 1990, para descrição e identificação dos recursos eletrônicos locais ou remotos;
- ISBD (NBM) [*Non book-materials/materiais não livro*]: em 1977, para descrição e identificação de itens não livro;
- ISBD (A) [*Antiquarian/publicações monográficas antigas*]: em 1980, para descrição e identificação de livros antigos;

- ISBD (PM) [*Printed music/música impressa*]: em 1980, para descrição e identificação de publicações musicais;
- ISBD (AN) [*Analytic Entries/analíticas*]: em 1977, para descrição de obras e partes de obras contidas em uma Série e/ou em outras Obras (SILVA, 2016).

O *Standing Committee da Section on Catalogue* da IFLA estabeleceu que os textos das ISBDs teriam vigência de 5 anos, por isso as individuais tiveram diversas atualizações até o ano de 2004, quando se iniciou o processo de construção da ISBD Consolidada (DESCRIÇÃO ..., 2012).

No ano de 2003, em Berlim, foi criado o grupo *Study Group on Future Directions of the ISBDs* para produzir a edição consolidada preliminar, na tentativa de dar solução aos problemas encontrados pelos bibliotecários. A ISBD Consolidada Preliminar de 2007 pretendeu “[...] instituir-se como uma norma para a descrição de todos os tipos de materiais publicados até o presente, e facilitar a descrição de recursos que partilhem características de mais do que um formato (DESCRIÇÃO ..., 2012, p. 21)”

A ISBD consolidada uniu todas as ISBDs específicas e sofreu alterações na pontuação prescrita. Além disso, em decorrência dos avanços tecnológicos algumas atualizações e alterações foram necessárias para dar conta da descrição dos recursos bibliográficos.

Em 2011 a ISBD consolidada é publicada, com algumas modificações importantes, como por exemplo: inclusão da Zona 0 = zona de forma de conteúdo e tipo de meio; maior atenção aos recursos monográficos em várias partes; renomeação da zona 5, que permite agora que os recursos impressos sejam descritos de forma consistente com os outros materiais, e etc. (DESCRIÇÃO ..., 2012).

Dessa forma, pode se dizer que a ISBD evoluiu de um conjunto de normas geral e específico, para a atual norma consolidada, que compreende alguns conceitos dos FRBRs (SILVA, 2016).

Importante notar que a adoção de normas comuns integra as diversas atividades bibliográficas e bibliotecárias, se difundida e aceita, tende a beneficiar todas as partes envolvidas.

[...] a adoção da ISBD(M) pelos bibliotecários brasileiros facilitará a produção da bibliografia nacional (como parte do catálogo geral da Biblioteca Nacional) e dos catálogos individuais e coletivos de bibliotecas; facilitará o intercâmbio de listas, ou fitas ou fichas bibliográficas para os mais diversos fins (GOMES, 1977, p. 183).

Sob este prisma, atualmente, a ISBD é considerada uma norma padrão internacional para a comunidade bibliotecária, reconhecida como tal pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009).

3.3 AACR

O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), é um código de catalogação que foi publicado em 1967 pela *American Library Association* (EUA), *Canadian Library Association* (Canadá), *Library Association* (Inglaterra) e *Library of Congress* (EUA).

A base do AACR foi os Princípios de Paris que a partir de 1961 influenciaram na reformulação dos códigos de catalogação e trouxeram mudanças no fazer da catalogação, conforme já mencionado na subseção anterior. O AACR representou essas transformações ocorridas no período de forma a trazer novas ideias para a catalogação e soluções para os problemas reais enfrentados nas bibliotecas. Houveram discordâncias entre as instituições americanas e inglesas que os publicou, por esse motivo foram elaborados dois códigos em língua inglesa, um publicado nos Estados Unidos e o outro na Inglaterra.

Muito embora tenha sido o objetivo do código a normalização da catalogação no nível internacional para contribuir no tratamento da informação, ele não alcançou a padronização internacional da catalogação naquele período. Em consequência disto, em 1969 foi realizado a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), em Estocolmo, onde ficou definido dentre outras coisas que deveriam se unidas as versões americana e inglesa do AACR de 1967, e incorporadas as mudanças e alterações aprovadas.

No ano de 1969, com a contribuição da bibliotecária Maria Luisa Monteiro da Cunha e do bibliotecário Abner Lellis Côrrea Vicente, foi lançado no Brasil a edição em língua portuguesa.

Em 1978 a segunda edição do AACR foi publicada em inglês. A este respeito, Santos e Côrrea (2009, p. 46) destacam que

Em 1978 foi publicado o Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (AACR2), unificando os dois textos anteriores: o dos Estados Unidos e o Britânico. O AACR2 manteve os pontos de acesso em conformidade com os Princípios de Paris, e a descrição passou a incorporar o padrão ISBD.

Ainda sobre a segunda edição, vale destaque para a inovação em sua forma, pois foi publicada em folhas soltas e em duas partes. A parte I reservada para a descrição e a parte II aos pontos de acesso. Essa segunda edição foi reeditada com revisões em 1988, 1998 e 2002.

No Brasil, negociações entre a FEBAB e as Instituições responsáveis pelo AACR, culminaram na edição em língua portuguesa em dois volumes, com a publicação do v.1 no ano de 1983 e do v. 2 no ano de 1985.

As revisões de 1988 e 1998 não foram publicadas no Brasil. Somente em janeiro de 2003 a FEBAB conseguiu publicar a 2ª edição, revisão 2002 em língua portuguesa (CÓDIGO..., 2004). Isso se deu graças a colaboração voluntária de bibliotecárias catalogadoras brasileiras, destacando-se a Professora da UNIRIO Maria Teresa Reis Mendes

No que tange a finalidade do código, Machado e Pereira (2015) destacam que o AACR é um código que determina regras para a descrição de informações nos documentos com a finalidade de representá-los. Ele foi traduzido para diversas línguas, como o português, e vem sendo amplamente utilizado no Brasil.

Barbosa (1978, p. 40) também destaca as funções do código que se aplicam as “atividades biblioteconômicas, bibliográficas e livrescas, isto é, confecção de fichas catalográficas, bibliografias, citações bibliográficas, listas de livros e de outros materiais para qualquer finalidade, incluindo catálogos coletivos”.

Devido ao desenvolvimento das TICs bem como o surgimento de novos suportes informacionais o AACR precisou passar por alterações, no entanto, as grandes mudanças evidenciaram que apenas revisões ou novas edições não seriam suficientes. Os estudos evidenciavam que as regras de catalogação precisavam ser adequadas às novas necessidades de informação dos usuários. Nesse contexto, o Joint Sterling Committee for Revision of AACR estava trabalhando na elaboração da 3ª edição, o AACR3, quando confirmou-se a necessidade da criação de um novo código. A este respeito, Machado e Pereira (2015, p. 299) dizem que

O AACR² tornou-se obsoleto no que se refere a alguns requisitos para descrever documentos, especialmente no ambiente digital. Em vista disso, elaborou-se o *Resource Description and Access*, ou

RDA, que na tradução para a língua portuguesa, significa Descrição e Acesso de Recursos, com o intuito de que o mesmo torne-se o novo código de catalogação e substitua o AACR² a fim de melhorar a recuperação do conhecimento registrado nas bibliotecas.

As atualizações do AACR foram coordenadas desde 1975 pelo *Joint Steering Committee for Revision AACR (JSC)*¹⁴. As revisões foram suficientes até a década de 1990, porém tornou-se notório que apenas atualizações não bastariam, um novo padrão era necessário.

3.4 RDA

O Resource Description and Access (RDA) foi criado para substituir o AACR2 e é um código voltado para o ambiente digital, fundamentado em estruturas teóricas como os modelos conceituais propostos pelos FRBRs.

O RDA é considerado um guia de instruções para descrição e acesso de recursos, criada com foco no usuário, isto é, nas tarefas que ele realiza no momento de busca/pesquisa de informação. Para isto os dados registrados devem ser pensados para dar apoio as tarefas do usuário (OLIVER, 2011). Sua definição, encontra-se disponível no RDA Toolkit, a saber:

RDA: Resource Description and Access é o novo padrão para a descrição e acesso de recursos, projetado para o mundo digital. Fundamentado nas bases estabelecidas pela AACR2, o RDA fornece um conjunto abrangente de diretrizes e instruções sobre a descrição e o acesso dos recursos cobrindo todos os tipos de conteúdo e mídia. O conteúdo do RDA foi desenvolvido em um processo colaborativo liderado pelo RDA Steering Committee (RDA, 2010, online, tradução nossa)¹⁵.

Além disso, o RDA permite o agrupamento de registros bibliográficos visando mostrar relações entre obras e seus criadores. Essa característica permite aos usuários ter noção das diferentes edições, traduções ou formatos físicos das obras.

¹⁴ Comitê Conjunto Permanente para a Revisão das Regras Anglo Americanas de Catalogação

¹⁵ Tradução de: RDA: Resource Description and Access is the new standard for resource description and access designed for the digital world. Built on the foundations established by AACR2, RDA provides a comprehensive set of guidelines and instructions on resource description and access covering all types of content and media. The content of RDA has been developed in a collaborative process led by the RDA Steering Committee.

A trajetória de desenvolvimento do RDA tem seu princípio marcado pelo IFLA *Meeting of Experts on an Internacional Cataloguing Code* (IME ICC)¹⁶. O primeiro encontro ocorreu em Frankfurt na Alemanha em 2003. Foram realizados eventos em diversos países com o intuito de pontuar as diferenças e semelhanças entre os códigos de catalogação vigentes com o propósito de estabelecer uma padronização internacional. Para isso, o IME ICC apresentou os seguintes pontos essenciais a serem discutidos: atualização dos Princípios de Paris; Revisão da ISBD e implantação do FRBR. Como já mencionado na subseção anterior, nesse mesmo período a AACR2 passava por estudos para a publicação de uma 3ª edição, quando em 2005 foi apresentada uma proposta de um novo código de catalogação, o RDA (SANTOS; CORRÊA, 2009).

O RDA foi publicado oficialmente em 2010 e nasceu da necessidade de obter soluções para os problemas de descrição e acesso constatados no AACR2 que se encontrava defasado frente a novos conteúdos, mídias e suportes que surgiam a medida que as TICs iam evoluindo.

O responsável pelo conteúdo do RDA é o *Joint Steering Committee for Development of RDA* que se preocupou em projetá-lo para um contexto internacional, no sentido que, no âmbito de sua elaboração o comitê buscou comentários de outras instituições no mundo de forma que as instruções criadas pudessem ser aplicadas em diferentes países com diferentes línguas, diferentes sistemas de numeração, calendários, medidas e etc. (OLIVER, 2011).

A proposta do RDA é “[...] fornecer um abrangente conjunto de diretrizes e instruções na descrição de recurso e acesso cobrindo todo tipo de conteúdo e mídia” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009, não paginado). Isto é, o RDA oferece instruções para descrever e atribuir ponto de acesso a diferentes recursos em qualquer conteúdo ou tipo de mídia.

O propósito do RDA é permitir ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter, ou seja, que em sua busca ele encontre o recurso desejado e uma vez encontrado ele identifique se vai aceitar ou descartar; se aceito, deve selecionar o recurso que lhe seja pertinente para então obtê-lo, seja por compra, empréstimo ou consulta (OLIVER, 2011).

¹⁶ Em língua portuguesa: Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional

Ainda sobre os objetivos do RDA, Machado (2014, p. 10) pontua que eles “[...] foram elaborados com a intenção de fazer com que determinado RECURSO – seja ele impresso ou não, palpável ou não – fosse DESCRITO pelo catalogador e ACESSADO pelo usuário de maneira simples e eficiente”.

Os objetivos e princípios que norteiam as regras do RDA podem ser consultados nos quadros 01 e 02 apresentados a seguir:

Quadro 01 – Objetivos para o RDA

OBJETIVOS	
Consistência (Consistency)	exige que as normas e as instruções sejam consistentes em sua criação, evitando contradições;
Clareza (Clarity)	veta a ambiguidade nas normas e instruções, exigindo simplicidade e clareza na sua elaboração;
Racionalidade (Rationality)	não permite a arbitrariedade e requer racionalidade na elaboração de suas normas e instruções;
Corrente (currency)	determinante para os novos recursos, exige que as normas e instruções sejam desenvolvidas objetivando cobrir a variedade, a natureza e as características dos recursos e conteúdos atuais e futuros;
Compatibilidade (Compatibility)	as normas e as instruções devem obedecer aos princípios internacionais de catalogação;
Adaptabilidade (Adaptability)	as normas e as instruções devem ser adaptáveis a necessidades específicas de diversas comunidades, sendo desta forma uma norma aberta a novas mudanças;
Facilidade e eficiência de uso (Ease and efficiency of use)	determina que as normas e as instruções sejam fáceis sem deixar de serem eficientes, visando otimizar a utilização pelo usuário.
Formato (Format)	diretrizes e instruções devem ser apresentadas em um formato de impressão convencional ou em um formato digital que incorpora recursos como links de hipertexto, exibição seletiva, etc.

Fonte: adaptado de RDA Toolkit objetivos e princípios; Machado (2014)

Quadro 02 – Princípios para o RDA

PRINCIPIOS	
Generalização (Generalization)	as normas e instruções básicas devem cobrir os diversos recursos informacionais, este princípio deve ser aplicado, também, aos pontos de acesso, nomes e títulos;
Especificidade (Specificity)	as normas e instruções devem tratar os recursos individualmente, quanto ao tipo específico de conteúdo, nome, título e a relação feita entre eles;
Não redundância (Nonredundancy)	inibe as repetições dispensáveis, tonando a RDA uma norma prática, objetiva;
Terminologia (Terminology)	estabelece que as normas e instruções da RDA devem estar ligadas aos termos e conceitos dos FRBR e dos FRAD;
Estrutura de referência (Reference structure)	determina que cada norma e instrução precisa ter relação com as normas e instruções gerais, bem como localizar as que são de relevância para suas aplicações

Fonte: adaptado de RDA Toolkit objetivos e princípios; Machado (2014)

Importante salientar que implantação do RDA gera impactos significativos na unidade informacional, seja para o bibliotecário catalogador, para o profissional responsável pela automação da unidade de informação, ou para o próprio usuário.

Os impactos sobre os profissionais catalogadores recaem, geralmente, sobre a necessidade de capacitação ou de aperfeiçoamento para trabalhar com uma nova forma de descrição bibliográfica e tratamento de autoridades; aos profissionais responsáveis pela automação da biblioteca, em geral, cabe a responsabilidade sobre atualizações, adaptações, ou até instalação de novos softwares que contemplem a nova realidade; aos usuários, os impactos podem ser observados num melhor descobrimento de recursos, dentre outros efeitos que poderão ser observados. A este respeito, Machado (2015, p.15) destaca que

os impactos na adoção desse novo padrão relacionam-se, principalmente, aos registros dos dados bibliográficos e ao desenvolvimento de sistemas para acomodar as inovadoras implementações propostas pelos modelos conceituais e pelo RDA.

E vai além ao comentar que um grande desafio a ser enfrentado é sensibilizar os profissionais responsáveis pela automação a desenvolver softwares capazes de atender as características definidas pelo novo padrão.

O RDA está em consonância com a comunidade internacional de catalogação, no sentido que ele acompanha os preceitos¹⁷ dos Princípios de Paris e pelo fato de ter sido arquitetado sobre os alicerces de dois modelos conceituais desenvolvidos pela IFLA, o *Functional Requirements for Bibliographic Data (FRBR)* e *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*. O RDA é considerado uma aplicação prática desses dois modelos conceituais onde os usuários podem encontrar, identificar, selecionar e obter com base nas entidades, atributos e relações entre as entidades.

A respeito dos dados de autoridade os usuários podem encontrar, identificar, contextualizar e justificar, segundo as relações apresentadas entre as entidades. Sob este prisma Oliver (2011, p. 17) destaca que “estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”.

Quanto a estrutura do novo código podemos verificar que existem três guias: RDA, Tools e Resources (com uma breve explanação baseado em Oliver, 2011) e RDA Toolkit (2010, online):

- Na guia *RDA* encontra-se disponível o texto completo da norma, o sumário com seus capítulos organizados segundo as *user tasks*, estabelecido da seguinte forma: - 38 capítulos, começando do 0 (introdução) ao 37 (lugares relacionados), esses capítulos estão dentro de 10 seções; depois são 13 apêndices, seguido de um glossário e histórico de atualizações do RDA que vai de 2012 a 2017;
- Na guia *Tools*¹⁸ encontram-se ferramentas criadas para facilitar o trabalho rotineiro dos catalogadores e modos para visualizar e usar o conteúdo do RDA.
- Na guia *Resources* estão dispostos documentos e sites da Rede pertinentes para emprego do RDA. A exemplo o texto completo do AACR2 e uma tabela de correspondência básica entre os códigos (RDA e AACR2), dentre outros.

¹⁷ “O escopo ampliou-se, mas a meta continua a mesma: romper as barreiras que impedem a comunicação sobre recursos bibliográficos. A normatização continua sendo imprescindível (OLIVER, 2011, p.8).

¹⁸ Ferramentas.

Fica evidente, portanto que o RDA Toolkit é um código de acesso via web que oferece subsídios ao catalogador através ferramentas e recursos para otimização de sua utilização. Além de

[...] fornecer instruções sobre quais elementos são necessários para identificar, há instruções que mostram como reunir esses elementos para criar pontos de acesso nos registros bibliográficos e de autoridades para obras / expressões, pessoas, famílias e pessoas jurídicas (TILLET, 2010, apud, SILVA ... et al., 2012, p.116).

Apresenta uma linguagem direta e clara para facilitar a compreensão de todos os envolvidos com esse trabalho, seja o catalogador ou o desenvolvedor de sistemas (SILVA ... et al., 2012).

É sabido que existem diferenças importantes entre a AACR2 e RDA (estrutura, ponto de acesso, terminologia, disposição dos dados e etc.), porém também são encontradas correspondências entre os dois códigos pelo fato do RDA ter sido construído propositalmente sob os alicerces do AACR2. A proposta é de garantir a compatibilidade dos registros bibliográficos quando a unidade informacional resolvesse adotar o novo código. Uma semelhança que pode ser observada também está na estrutura de governança do RDA que continua a mesma do AACR, formado por membros do Canadá, EUA, Grã-Bretanha e Austrália.

- a) Comittee of principals (COP) [comitê de responsáveis]: tem a função de supervisionar todos os trabalhos;
- b) Joint Steering Committee (JSC) [comitê misto de direção]: desenvolvem o conteúdo da RDA e constante revisão e mudanças quando necessário;
- c) Co-Publishers [coeditoras]: publicam a obra desenvolvida pelo JSC;
- d) Trustees [conselheiros] ou Fund Committee [comitê de recursos financeiros]: tem a função de gerenciar toda a parte financeira. (SILVA ... et al., 2012, p. 117)

A este respeito, serão pontuadas aqui algumas diferenças mais notórias encontradas entre os dois códigos.

Podemos constatar que o RDA foi criado para atender a descrição de recursos tanto analógicos quanto não analógicos, isto quer dizer, desde a representação de livros impressos a documentos digitais. Além de ter sido projetado para atender não só as bibliotecas, mas também outras unidades informacionais – arquivos, museus, etc – que necessitem realizar a descrição de seus recursos para fins de recuperação da informação. Já o AACR foi desenvolvido para o mundo

analógico, voltado para os catálogos de ficha e projetado para atender as bibliotecas, com o tempo desenvolveu atualizações e revisões para que pudesse contemplar os catálogos informatizados bem como os novos tipos de recursos que iam surgindo.

Quanto as principais características de apresentação dos dados que difere os códigos mencionados pode-se destacar as seguintes, AACR2: regra de três; oferece diferentes níveis de descrição; latinização¹⁹ e abreviaturas. RDA: não usa regra de três; deixa a cargo do bibliotecário estabelecer os elementos essenciais para de descrição com foco no usuário; frases para identificar informações não fornecidas e; representa a informação como aparece na fonte. A seguir o quadro de Hatsek e Hilleshein que ilustram essa diferenciação.

AACR2	RDA
Abreviaturas	Não abrevia
Adiciona informações entre colchetes.	Transcreve como parece, não acrescenta informações.
Regras complexas para vários lugares e editores.	Registra nomes na ordem encontrada na fonte.
Usar abreviaturas s.l. quando o lugar ou s.n. quando o editor são desconhecidos.	Usa frases para indicar uma informação desconhecida: [Lugar de publicação não identificado]; [Editor não identificado].

Figura 1 – Abreviaturas AACR2 X RDA. Fonte: Hatsek e Hilleshein (2013)

Tanto o RDA como o AACR2 estabelecem que a forma de registrar as informações podem ser feitas em sistema manual ou automatizado, utilizando padrões internacionais para os registros (ficha catalográfica, MARC21, Dublin Core, entre outros). No caso dos padrões internacionais é determinante que os mesmos apresentem condições de interoperabilidade entre sistemas.

Desta forma, fica visível as mudanças trazidas pelo RDA e as semelhanças que aproximam ambos os códigos, porém o RDA consegue apresentar instruções mais organizadas em estruturas teóricas reconhecidas pela comunidade internacional de catalogação, além de ser totalmente aplicável ao ambiente digital.

O RDA pretende ser padrão para abranger a descrição de diferentes tipos de recursos e mídias, baseado nos modelos conceituais FRBR e FRAD. O RDA visa amparar os usuários em suas tarefas de busca pelos catálogos oferecendo uma

¹⁹ Utilização de expressões em Latim para se referir a, ex: [s.l.] *sine loco* = sem local de publicação; [s.n.] *sine nomine* = sem editora; [et al.] = e outros.

melhor navegabilidade com recursos pertinentes às informações que demandam (HATSEK; HILLESHEIN, 2013).

4 OS MODELOS CONCEITUAIS

A seguir serão apresentados os modelos conceituais que constituem a base do RDA, conforme mencionado na seção anterior.

Cabe registrar que atualmente os estudos sobre os diferentes modelos conceituais estão agregados no IFLA *Library Reference Model* (IFLA LRM), no entanto, nessa pesquisa será realizado o recorte para apresentar os FRBRs e o FRAD.

4.1 FRBR

Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR). É um modelo conceitual fruto dos trabalhos de um grupo de estudos da IFLA que desenvolveu um modelo de entidade-relacionamento (E-R), entre os anos de 1992 e 1995, para o universo bibliográfico, feito para todos os tipos de recursos e para as tarefas de usuários associadas aos recursos bibliográficos descritos nos catálogos, bibliografias e outras ferramentas bibliográficas (TILLET, 2003).

O grupo da IFLA desenvolveu um relatório que originou o FRBR. Esse relatório teve sua versão final aprovada em 1997 pelo Standing Committee on Cataloguing da IFLA e a versão final da FRBR foi publicada em 1998.

Rapidamente aceito pela comunidade internacional de catalogadores, o modelo conceitual passou a ser muito discutido e aplicado, fomentando pesquisas e revisões na prática da catalogação. A IFLA ciente de tal repercussão criou novos grupos de estudo a fim de ampliar o FRBR para incluir dados de autoridade e de assuntos, *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRASAD) respectivamente (OLIVER, 2011).

Tillet (2003) menciona que o modelo conceitual fornece uma estrutura de relacionamentos entre os registros bibliográficos e de autoridade, além de uma terminologia definida para que os futuros códigos de catalogação e sistemas de gerenciamento de bibliotecas possam ser fundamentados na máxima do FRBR que é atender as necessidades dos usuários. Seus objetivos principais, são:

[...] O primeiro é chegar a uma arquitetura estruturada, claramente definida, para criar relações entre os dados que são registrados nos

registros bibliográficos e as necessidades dos usuários de tais registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para os registros criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 1998, p. 7, tradução nossa).²⁰

Quanto ao primeiro objetivo, pode-se interpretar que os catálogos que sejam fundamentados no modelo FRBR são apresentados aos usuários suas relações bibliográficas de forma mais clara, se comparados aos catálogos convencionais. E que as informações recuperadas através da expressão de busca do usuário possam representar um parecer pertinente a sua busca. Quanto ao segundo objetivo, compreende-se que o catálogo estruturado no modelo FRBR deve indicar um nível básico de utilidade para os registros criados pelas agências bibliográficas nacionais.

O FRBR é um modelo que foi desenvolvido com o foco nas necessidades dos usuários, assim como seu componente FRAD. Oliver (2011, p. 19) constata que “os modelos FRBR e FRAD mapeiam a relação entre o dado que é registrado, tanto em registro bibliográfico quanto de autoridade, e as necessidades daqueles que utilizarão esse dado”. Essas necessidades dos usuários são definidas nas *user tasks* (tarefas dos usuários), entendidas pela FRBR como “[...] tarefas genéricas que são realizadas pelos usuários ao pesquisar e fazer uso de bibliografias nacionais e catálogos de bibliotecas (IFLA, 1998, p. 8, tradução nossa)”²¹. São quatro tarefas do usuário relativas a dados bibliográficos que são descritos no (IFLA, 1998, apud OLIVER, 2011) a seguir:

- **Encontrar** entidades que correspondam aos critérios de pesquisa declarados do usuário (por exemplo, encontrar uma entidade ou um conjunto de entidades como resultado de uma busca que utilize atributos ou relações de entidades);
- **Identificar** uma entidade (ou seja, verificar se a identidade revelada corresponde a identidade procurada, ou saber diferenciar entre duas ou mais entidades com características similares);
- **Selecionar** uma entidade correspondente a (s) necessidade (s) do usuário (ou seja, eleger a entidade mais adequada aos requisitos do

²⁰ Tradução de: [...] The first is to provide a clearly defined, structured framework for relating the data that are recorded in bibliographic records to the needs of the users of those records. The second objective is to recommend a basic level of functionality for records created by national bibliographic agencies.

²¹ Tradução de: [...] generic tasks that are performed by users when searching and making use of national bibliographies and library catalogues.

usuário, no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recusar uma entidade que não corresponde às necessidades do usuário.);

- **Obter** ou adquirir acesso a entidade exposta (seja por meio de compra, doação, empréstimo, e etc..., ou acesso eletrônico).

Interessante notar que as tarefas do usuário são inspiradas nos objetivos do catálogo descritos por Cutter em 1904.

Para Assumpção (2012) o FRBR consiste em um método de análise das entidades, atributos e relacionamentos, também conhecido como modelo relaçãoentidade. É um modelo conceitual de abstração da realidade, essa realidade representa o universo bibliográfico. Foi inicialmente desenvolvido pela Ciência da Computação para a construção de banco de dados, muito embora esse não fosse seu objetivo principal.

Cabe aqui apresentar as definições dos três componentes do modelo relaçãoentidade exibidas na dissertação de Moreno (2006, p. 35), a saber:

Entidade: [...] é entendida como uma ‘coisa’ ou ‘objeto’ no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Uma entidade pode ser real ou abstrata.

[...] **Atributo:** são as diversas características que um tipo de entidade possui, ou propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades.

Relacionamento: é uma associação entre uma ou várias entidades.

As entidades FRBR são coisas ou objetos de relevância para o usuário e são dez entidades separadas em três grupos destacados nos trabalhos de (OLIVER, 2011) e (MORENO, 2006):

- **Entidades do grupo 1:** entidades que são produtos do trabalho intelectual ou artístico. Quem são? Obra, expressão, manifestação e item;
- **Entidades do grupo 2:** entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual, guarda ou disseminação das entidades do primeiro grupo. Quem são? Pessoas físicas, pessoas jurídicas;
- **Entidades do grupo 3:** entidades que são ou podem ser assunto das entidades. Quem são? Conceito, objeto, evento, lugar. Inclui as entidades do grupo 1 e 2, pois pode vir a ser assunto de alguma delas.

As quatro entidades do grupo 1 são compreendidas como:

- **Obra** Uma obra é uma entidade abstrata, não há um único objeto material que se possa apontar como obra. A obra é realizada através da expressão que está contida na manifestação e esta última é exemplificada pelo item. É uma criação intelectual ou artística que está por trás da (s) expressão (es). Diz respeito ao conteúdo.
- **Expressão** é a realização intelectual ou artística de uma obra na forma de notação alfa-numérica, musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação de tais formas. Está contida na manifestação. Diz respeito ao conteúdo.
- **Manifestação** é a concretização física da expressão de uma obra. É exemplificada pelo item. Diz respeito ao suporte
- **Item** é um exemplar individual da manifestação. Diz respeito ao suporte.



Figura 2 – As quatro entidades do grupo 1
Fonte: Tillet (2003)

Os atributos, segundo componente do modelo relação-entidade, são dados que constituem as características das entidades usados para encontrar, identificar, selecionar e obter recursos. Eles podem ser intrínsecos – aqueles visíveis na própria entidade, como por exemplo o título, data de publicação e etc. – e extrínsecos – são as características que podem ser atribuídas as entidades, como por exemplo um número identificador (OLIVER 2011).

As relações, terceiro componente do modelo relação-entidade, são “[...] portadoras de informação sobre a natureza dos vínculos que existem entre as entidades, possibilitam a disposição [collocation] e oferecem caminhos para

melhorar o descobrimento de recursos” (OLIVER, 2011, p. 27), para a realização da tarefa do usuário.

O modelo aponta também as diferentes relações entre as entidades, tais como parte-todo, manifestação-item e etc., seus pormenores estão disponíveis no FRBR (IFLA, 1998).

Diante do conteúdo exposto entende-se que nos catálogos online, projetados a partir do modelo conceitual proposto nos FRBRs, os usuários poderão observar as relações representadas nos registros bibliográficos, isto é, ele poderá observar no catálogo diferentes expressões de uma determinada obra que necessita, por exemplo a obra ‘Tieta de Jorge Amado’ em língua portuguesa, relacionada no registro com sua outra expressão em língua inglesa.

4.2 FRAD

Em 1999 a IFLA nomeou o grupo de estudos Functional Requirements and Numbering of Authority (FRANAR), logo após ter sido apresentado o relatório final do FRBR, para que fossem estabelecidos requisitos para registro dos dados de autoridade, isto é, trazer “[...] um entendimento claro dos dados de autoridade e do relacionamento deles com o catálogo” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2010, não paginado).

O FRAD foi publicado e aprovado pelo Standing Committees of the IFLA Cataloguing Section and IFLA Classification and Indexing Section em 2009 e passou por revisões no ano de 2013. Segundo Aganette, Teixeira e Aganette (2017) o FRAD, é uma expansão do modelo FRBR, também fundamentado em regras e teorias conhecidas como os Princípios de Cutter, acrescido de novas visões.

Mey e Silveira (2009, p. 38) também versam sobre o FRAD no que tange a sua criação.

Projetou-se esse modelo conceitual visando a criar um quadro de referência claramente definido, estruturado, de modo a relacionar os dados dos registros de autoridade às necessidades dos usuários de tais dados; assim como auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional dos dados de autoridade, não restrito ao universo bibliotecário.

Sob este prisma, o FRAD é um modelo conceitual projetado para dados de autoridade com seus atributos e relacionamentos estruturados conforme as tarefas dos usuários

As duas primeiras tarefas do usuário relativas ao FRAD também são encontrar e identificar, as duas últimas contextualizar e justificar que diferem das tarefas relativas ao FRBR. O que difere essa e aquela é que no FRAD elas referem-se a dados de autoridade. A seguir são apresentadas as quatro tarefas relativas a dados de autoridade descritas em *Functional Requirements for Authority Data* (2009, apud Oliver, 2011, p. 21):

- **Encontrar** uma entidade ou um grupo de entidades que correspondam a busca através de atributos ou relações declaradas;
- **Identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usada como ponto de acesso controlado;
- **Contextualizar** situar uma pessoa, instituição, obra, etc. num contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas físicas, jurídicas, obras, etc.;
- **Justificar** a razão pelo qual o criador dos dados de autoridade escolheu o nome para se basear como ponto de acesso controlado.

O modelo conceitual para dados de autoridade opera com as entidades dos Grupos 2 (pessoa/entidade coletiva) e 3 (conceito/objeto/evento/lugar) do FRBR, por isso é chamado de 'extensão do FRBR'. O FRAD identifica as entidades pertinentes em relação aos pontos de acesso controlados, determinando os seus atributos mais importantes, e expressando as suas relações (AGANETE; TEIXEIRA; AGANETE, 2009).

O objetivo principal do FRAD é “[...] fornecer um quadro para análise dos requisitos funcionais para os dados de autoridade, dando suporte necessário para o controle de autoridade e para o compartilhamento internacional de dados de autoridade (IFLA, 2009, p. 1, tradução nossa)”²².

Segundo Oliver (2011, p. 30) as “entidades bibliográficas são conhecidas por nomes e/ou identificadores que são a base dos pontos de acesso controlados”.

²² Tradução de: [...] is to provide a framework for the analysis of functional requirements for the kind of authority data that is required to support authority control and for the international sharing of authority data.

Nesse tocante, o modelo FRAD determinou dezesseis entidades, dez relativas ao FRBR – chamadas de entidades bibliográficas - e as outras seis referente a dados de autoridade ²³ , a saber: Pessoa, Entidade Coletiva, Obra, Expressão, Manifestação, Item, Conceito, Objeto, Evento, Lugar, **Família, Nome, Identificador, Ponto de acesso controlado, Regras, Agência.**

Ainda citando Oliver (2011) a autora salienta que o usuário talvez não tenha tanta noção sobre os dados de autoridade disponíveis no catálogo, no entanto, essas entidades ainda sim são relevantes para eles, pois dão suporte a disposição e a navegação nos catálogos/bases de dados.

Quanto aos seus atributos, o modelo FRAD dispõe de uma lista²⁴ - por exemplo atributos de pessoas, famílias, corporações e etc. - de características possíveis para as suas entidades, assim como o FRBR.

No que tange as relações, o modelo FRAD descreve quatro categorias, a primeira com relação as entidades bibliográficas (grupo 1 e 2 FRBR) e as relações entre entidades FRAD. Os três últimos grupos de relações são expressos por Oliver (2011, p.33) de forma resumida, a seguir:

1. Relações entre entidades: relações entre pessoas físicas, famílias, pessoas jurídicas e relações entre obras a estrutura de remissivas *ver também*
2. As relações entre os nomes de uma entidade a estrutura de remissivas *ver*
3. Relações entre pontos de acesso controlados dois ou mais pontos de acesso para a mesma entidade; por exemplo, língua paralela, sistemas de escrita alternativos, regras diferentes, etc.

Através da identificação da natureza das relações bibliográficas, tanto o FRAD quanto o FRBR mapeiam as relações entre diferentes obras, por exemplo uma adaptação, suplemento, etc. (OLIVER, 2011).

Por fim, compreende-se que os modelos conceituais apresentados (FRBR, FRAD) constituem ferramentas teóricas úteis para a catalogação. Se aplicados em catálogos e bases de dados elas são capazes de apresentar aos usuários, através dos relacionamentos, mais alternativas de escolha. Os modelos conceituais

²³ Definições das entidades. Disponível em:<

https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf> seção 3.4. páginas 8-15.

²⁴ Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf> seção 4. Atributos, páginas 17-29.

identificam as tarefas que os usuários devem realizar no momento de descoberta dos recursos e demonstram como os diferentes tipos de dados bibliográficos e de autoridade dão suporte a execução das *user tasks* (OLIVER, 2011).

5 BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO

Conforme mencionado na metodologia desse trabalho, os dados apresentados nessa seção que se referem a caracterização da instituição pesquisada são resultados da análise documental realizada no site da instituição.

A Biblioteca Central Irmão José Otão se caracteriza na tipologia da área de Biblioteconomia como uma biblioteca universitária que integra a estrutura administrativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atende à comunidade universitária nos setores de ensino, pesquisa e extensão. Está localizada no bairro Partenon, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, dentro do Campus Universitário da PUCRS.

Seu nome deriva de uma homenagem ao Irmão José Otão, reitor da Universidade, entre os anos de 1954 e 1978 e sua origem é marcada pela história de formação do acervo do Colégio Nossa Senhora do Rosário.

No ano de 1978, a biblioteca foi transferida do Colégio para um prédio de 10.000 m², especialmente construído para seu funcionamento, localizado no centro do Campus Universitário. Em 2008, foi finalizada a ampliação do mesmo prédio ampliando sua área para 21.000 m². Essa ampliação configurou-se na integração de uma torre de 14 pavimentos à estrutura antiga. O projeto de ampliação foi concluído no ano de comemoração ao aniversário de 60 anos da PUCRS e os 30 anos da Biblioteca Central.

A estrutura organizacional da biblioteca é constituída por setores, a saber: Coordenação da Biblioteca; Coordenação Técnica; Setor de Serviços; Setor de Suporte e Desenvolvimento; Setor de Tratamento da Informação e; Secretaria. Inclui também uma biblioteca instalada na Escola de Medicina.

A Biblioteca Central conta com 18 bibliotecários atuando nos diferentes setores. Seu acervo é composto por materiais de múltiplas áreas do conhecimento. Desde 1993 utiliza o Sistema ALEPH²⁵ na informatização de seus serviços, incluindo o catálogo on-line. Em 2014, adotou uma nova ferramenta de busca, denominada OMNIS, baseada no conceito inovador de “descoberta” que oferece, no

²⁵ É um sistema integrado de bibliotecas que é líder de mercado na automação de bibliotecas e centros de pesquisa. Disponível em: <<http://www.exl.com.br/aleph.htm>>

resultado da busca, o acesso às informações contidas no acervo das Bibliotecas da PUCRS e em relevantes fontes acadêmicas mundiais.

A Biblioteca estabeleceu uma divisão entre a coleção física e a coleção digital denominadas: Coleções na Biblioteca e Coleções on-line.

Os documentos que compõe as coleções na biblioteca são compostos por livros, periódicos, cartazes, troféus, livros gravados em áudio, normas técnicas, material multimídia, obras raras, teses e dissertações de diversas áreas do conhecimento. As coleções on-line são compostas por inúmeras bases de dados assinadas pela PUC-RS, livros eletrônicos, periódicos online e teses e dissertações eletrônicas.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA

Esta subseção apresenta os resultados provenientes da pesquisa qualitativa a partir das informações fornecidas pelo bibliotecário coordenador da Seção de Tratamento da Informação da Biblioteca Irmão José Otão - PUC-RS. As informações obtidas durante a entrevista complementaram e confirmaram os dados coletados na documentação disponível no site da instituição, utilizados como base para apresentar a instituição.

A redação dessa subseção foi realizada de acordo com a seguinte ordem: - primeiramente são apresentados os comentários acerca da entrevista, depois, na sequência, serão relacionados os comentários aos fundamentos teóricos e seus conceitos de forma a demonstrar a ligação entre a realidade e a teoria e seguem a estrutura do roteiro de entrevista, ou seja: - estrutura organizacional da biblioteca; - adoção do RDA, e; - uso e aplicação do RDA na Biblioteca Central da PUC-RS.

Estrutura organizacional:

A Biblioteca Irmão José Otão não dispõe de bibliotecas setoriais, pois a PUCRS não tem um sistema de bibliotecas como outras universidades. Está instalada em um único e exclusivo prédio. Exceção apenas da Biblioteca de Medicina que atende a Escola de Medicina e fica localizada dentro do Hospital São Lucas da PUCRS.

Quanto a Seção de Tratamento da Informação (STI) a equipe é composta de cinco bibliotecários que trabalham única e exclusivamente na catalogação não havendo, por exemplo, desvio de profissionais da STI para atuar em outras seções, apenas em casos que exigem as equipes multisetoriais, ou seja, profissionais de algumas seções unidos para atuar em projetos específicos. A Biblioteca também conta com uma equipe de informática que oferece suporte às necessidades da STI.

Sobre o número de acervo, quantitativo físico e online existe hoje na Biblioteca, registra-se aproximadamente um milhão e meio de itens informacionais. Desse total, cerca de quinhentos a seiscentos mil itens estão disponibilizados para acesso *online*, e novecentos mil itens encontram-se no suporte físicos. Possui cerca de quatrocentos mil e-books além de assinaturas de algumas grandes bases de dados internacionais.

Adoção do RDA

A Biblioteca faz uso de elementos do RDA desde dezembro de 2015 quando iniciou a implantação do novo código, porém finalizou todo o processo em maio de 2016. Nesse sentido, cabe lembrar que o RDA faz atualizações todo ano e a Biblioteca da PUC-RS leva isso em consideração, o que a leva a afirmar que o processo de implementação do RDA é contínuo e não pode ser considerado finalizado.

A partir de maio de 2016 todo e qualquer recurso catalogado na Biblioteca está representado com base no RDA, anterior a essa data são encontrados registros híbridos, isto quer dizer, registros com elementos em AACR2 e RDA.

A respeito dos motivos que levaram a instituição a adotar o RDA, o entrevistado foi claro “[...] para potencializar e otimizar a descoberta e o acesso” (TEXEIRA, 2017), isto é, melhor recuperação da informação. Nesse sentido o informante buscou explicar as vantagens que o RDA traz para o catálogo da biblioteca. A exemplo a potencialização da descoberta e o acesso aos itens que a biblioteca dispõe. Ao eliminar a “regra de três” da catalogação e atribuir a entrada principal e secundárias para as suas correspondentes responsabilidades o bibliotecário permite que as outras autorias, que antes não seriam destacadas, sejam localizadas pelos usuários. Outro exemplo também é a possibilidade da descoberta pelos títulos dos capítulos. Machado (2014, p. 214) também concorda

que uma das maiores vantagens que é o RDA pode trazer está na melhor recuperação da informação

[...] com o maior detalhamento na aplicação do RDA, os registros seriam elaborados com mais dados, o que pode refletir melhorias na recuperação da informação, bem como o reaproveitamento de dados, uma das mais significativas vantagens em se utilizar o novo padrão (MACHADO, 2014, p. 214)

Com relação a uma formação específica dos bibliotecários da STI para trabalhar com o RDA, o bibliotecário respondeu que antes mesmo de ingressar na biblioteca como funcionário os bibliotecários da PUCRS já recebiam treinamentos para atuar com o novo código,

“[...] os estudos sobre o RDA começaram antes do meu ingresso na biblioteca, então, eles chamaram palestrantes, eu mesmo fui um. A época eu trabalhava em Caxias do Sul. Fui convidado a palestrar para a equipe aqui, o Fabricio Assumpção também veio palestrar para a equipe ou seja a Biblioteca já estava fazendo estudos para implementa-lo” (TEXEIRA, 2017).

Ao assumir a coordenador da STI, o informante deu continuidade e estabeleceu processos de capacitação focados nos elementos da ISBD, além de estabelecer procedimentos para alinhar os processos de catalogação.

A respeito dessa última ação alertou para a importância da padronização das descrições, ainda que cada biblioteca possua sua política de catalogação, esta deve seguir as diretrizes estabelecidas, não em um dia adotar uma forma de descrição e no outro dia de outra.

Com relação a capacitação dos profissionais para atuar com o RDA, encontrasse correspondência na fala do entrevistado e Machado e Pereira (2016, p. 359) quando dizem que

[...] é imprescindível aos profissionais atuantes em catalogação capacitarem-se quanto ao entendimento dos conceitos dos modelos conceituais da família FRBR, assim como das regras e estrutura da nova diretriz RDA, e desenvolverem estudos e aplicações desses novos padrões.

Essa capacitação é uma constante, a medida que o RDA sofre atualizações, os profissionais catalogadores também devem avançar. A esse respeito Machado (2015, p. 215), destaca que:

Os profissionais envolvidos nos setores de uma unidade de informação devem estar cientes das modificações acarretadas quando da implementação dos novos padrões. Consequentemente,

a educação continuada do catalogador deve ser constante acompanhando as tendências atuais de forma que o seu trabalho reflita na satisfação às necessidades informacionais dos usuários internos e externos do catálogo.

A implantação do RDA foi um projeto da biblioteca e esse estava sob a incumbência do Setor de Tratamento da Informação (STI) junto a sua equipe. Não foi criado um comitê ou grupo de trabalho para avaliar o código ou realizar testes prévios a sua implantação. O que foi feito foi uma implantação gradual, de forma que não impactasse negativamente a equipe.

A implantação do RDA no catálogo da Biblioteca foi sendo realizada por elementos da ISBD. “Se implanto o RDA todo de uma vez gero uma ruptura, é como um musculo, eu rasgo o musculo, a equipe toda não iria suportar, então, o que foi feito? [...] foram elencados os elementos da ISBD [...] os elementos de descrição [...]” (TEXEIRA, 2017). Todo o processo foi monitorado, com análises pontuais. Por exemplo, foi estabelecido que um determinado mês seriam feitas as atualizações referentes aos locais de publicação. Para isso, a equipe de catalogadores era chamada para analisar as mudanças e num segundo momento a equipe de informática era orientada a fazer as atualizações no sistema com o objetivo de desenhar a saída dos dados. Somente após esse processo, que pode ser considerado de validação é que os catalogadores passavam a descrever os elementos da área de publicação da nova forma.

Terminado o processo de validação por parte dos catalogadores e da equipe de informática a equipe do atendimento era chamada para conhecer e se apropriar das mudanças para o uso dos catálogos e orientação à busca. Ou seja, a mudança foi gradual e teve o envolvimento da equipe do STI, da informática e do atendimento.

Ficou evidente que o responsável pela adoção do RDA estava permanentemente alerta para a importância de todos estarem cientes sobre as mudanças, pois os impactos não recaem somente sobre os catalogadores, mas sim sobre toda a Biblioteca e seus consulentes. Machado e Pereira (2015, p. 359) partilham da mesma opinião quando dizem que

[...] para os usuários internos do catálogo, as informações encontradas nos registros novos em RDA exigirão aprendizado, ou seja, os bibliotecários que se utilizam do catálogo para atender ao público em uma unidade de informação precisam estar preparados para as inovações.

O bibliotecário considera que não há impacto significativo do modelo conceitual FRBR sobre o catálogo da Biblioteca Central Irmão José Otão, para ele “[...] a ideia do FRBR é que tudo fosse amarrado, você cria um registro pai e vai vinculando as expressões, manifestações e os itens. São poucos softwares que fazem isso hoje” (TEXEIRA, 2017). Ainda segundo o bibliotecário o impacto talvez possa ser observado na ferramenta de descoberta da PUC-RS, o Omnis, lá acontece a chamada FRBrização, quando o sistema junta algumas expressões ou manifestações de uma obra e exibe na sua pesquisa. O sistema informatizado da Biblioteca permite criar um registro bibliográfico para cada nova manifestação, conforme estabelece a Declaração de Princípios de Catalogação que considera “de uma maneira geral, deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada manifestação” (DECLARAÇÃO ..., 2009, p.4).

Importante registrar também que o catálogo da Biblioteca Central potencializa a descoberta e o acesso, o que vai ao encontro com as tarefas dos usuários de encontrar, identificar, selecionar e obter.

Sob este prisma, o FRBR pode não ter influência sobre a estrutura do catálogo da Biblioteca da PUC-RS, porém pelo fato do RDA ser uma aplicação desse modelo conceitual, pode-se encontrar correspondências na terminologia e na escolha de metadados que correspondam às necessidades dos usuários, além de trazer uma compreensão da natureza desses dados. A respeito da influência do FRBR nos registros em RDA, Oliver (2011, p. 34) pontua

Continua sendo o mesmo universo bibliográfico que existia antes dos FRBR e dos FRAD. Se tomarmos um registro MARC da década de 1980, bem antes do surgimento do modelo FRBR, poderemos facilmente examiná-lo da perspectiva dos FRBR e identificar entidades, atributos e relações FRBR [...]. Os dados bibliográficos não sofreram mudança. A família FRBR de modelos conceituais introduz uma estrutura sistemática e coerente para a compreensão da natureza desses dados. A estrutura também proporciona uma terminologia e uma linguagem conceitual comuns e de fácil reconhecimento internacional.

Quanto a aquisição do RDA Toolkit, o entrevistado comentou o valor da assinatura anual, mais ou menos (\$300) que dá acesso a uma pessoa por vez. Garantiu que essa questão não é um problema, pois o sistema informatizado utilizado pela Biblioteca Central da PUCRS possui os chamados campos de ajuda que dão as instruções de como descrever cada campo, que pode ser alterado para

as orientações de como catalogar em RDA. Comentou também que é mais vantajosa a assinatura online a versão impressa, devido as constantes atualizações que o RDA sofre e, destacou que sempre recorrem as instruções do RDA quando surge alguma dúvida. Quanto aos preços de assinatura, pude confirmar os valores exatos no RDA Subscriptions em dólar:

1 usuário = \$191

2 usuários = \$181 por usuário x 2 = \$362

5 usuários = \$177 por usuário x 5 = \$885

20 usuários = \$163 por usuário x 20 = \$3260

A última versão do RDA impresso é de 2015 e eles esperam publicar uma nova atualização em 2018.

O bibliotecário declarou que nem todos os registros na biblioteca estão em RDA e, a princípio, não existe uma previsão para transição total. O diferencial do catálogo da Biblioteca Irmão José Otão é que os dados nos registros (alguns) são híbridos, diferente dos da LC que o catálogo que é híbrido – isto é, registros anteriores a 31 de março de 2013 encontram-se em outras normas vigentes e depois dessa data em RDA - esse fato se deve a adoção do RDA na PUC-RS acontecer por elementos da ISBD, portanto hoje, em uma busca pelo catálogo o usuário pode encontrar registros com as duas normas de catalogação, AACR2 e RDA. A esse respeito, o entrevistado disse “[...] tu não acha mais et al. em nosso catalogo, porque a equipe da informática pegou [...] e trocou tudo por “e outros” [...] tudo que era campo 100 do MARC, recebeu o subcampo **e** para autor; tudo que era **org.** nós alteramos para organizador [e assim foram caminhando as atualizações]” (TEXEIRA, 2017).

Um mecanismo interessante chamado “corrigir registros”, foi criado pela equipe que responde pelo sistema, no momento que algum funcionário estiver trabalhando em um registro antigo e se deparar com um elemento não mais usado na descrição, ele clica nesse botão que automaticamente faz a correção, mas durante a entrevista foi frisado que nem todas as atualizações são automatizadas, grande parte é manual.

Na LC, essa transição ocorreu da seguinte forma: eles ofereceram treinamento em uma base separada e estabeleceram um dia, o marco zero, onde

tudo que fosse catalogado a partir dali seria em RDA, os registros anteriores seriam mantidos em AACR ou outras normas vigentes. Sobre esse ponto Serra (2014, p. 9) declara que

O dia 31 de março de 2013 é identificado como o primeiro dia (*the day one*) do RDA, com a *Library of Congress* adotando completamente o sistema e realizando alterações em seus registros de autoridade que, evidentemente, refletem nos registros bibliográficos.

O mesmo autor também pontua que as bibliotecas devem estar amparadas em catálogos que permitam a existência de registros híbridos.

Torna-se evidente que os sistemas de bibliotecas deverão apresentar aderência tanto ao AACR2 quanto ao RDA, além de permitir a existência de registros híbridos, com informações criadas originalmente no AACR2, porém com inclusão de elementos descritivos do RDA (SERRA, 2014, p. 15).

Machado e Pereira (2016, p. 359) vão além ao apresentar os principais passos para a elaboração desses registros híbridos.

O primeiro passo para a elaboração desses registros híbridos contendo elementos em AACR e em RDA seria a inclusão de novos campos no MARC 21 para dados bibliográficos e de dados de autoridades. Ademais, também é essencial estipular uma política institucional de catalogação e treinamento da equipe. A LC desenvolveu o Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) como forma de preparar os profissionais para a implantação do RDA.

Uso e aplicação do RDA

Em um determinado ponto da entrevista, o bibliotecário alertou para a importância da escolha de um bom sistema de gerenciamento de bibliotecas, pois o RDA, segundo o entrevistado, potencializa a descoberta, a navegabilidade é com o software, segundo ele “[...] não adianta ter registros descritos em RDA se você não pensa na saída dos dados. Sem isso você não potencializa a descoberta” (TEXEIRA, 2017). Nesse ponto destacou a autonomia que o Aleph – sistema usado pela Biblioteca Central Irmão José Otão – oferece para o catalogador criar.

A esse respeito, questionado sobre as necessidades de adaptações do Aleph para uma nova forma de descrição de recursos, ele diz “houve [adaptações], mas sem necessidade de contato com a Ex-Libris [desenvolvedor do Aleph], isso é que é fantástico, ele [sistema] é uma folha em branco” (TEXEIRA, 2017). Outro ponto a se destacar também foi a inclusão de novos campos no MARC, como o 336 – tipo de

conteúdo; 337 – tipo de mídia; 338 – tipo de suporte e outros. Encontra-se correspondência na fala do entrevistado e de Oliver (2011, p. 6, grifo nosso).

[...] RDA representa um passo importante para a melhoria do descobrimento de recursos porque ela orienta sobre o registro dos dados. A produção de dados bem-formados é uma peça vital da infraestrutura de suporte aos mecanismos de busca e à exibição dos dados. **Por si só os dados RDA não melhorarão a navegação e a exibição, pois eles devem ser usados com propriedade por mecanismos de busca e interfaces de busca bem-projetados.** Não obstante, um passo indispensável visando à melhoria do descobrimento de recursos é o registro de dados claro e inequívocos.

Isto quer dizer, não adianta descrever os dados em RDA, se a biblioteca não dispõe de um software que ofereça uma boa navegação e exibição dos registros. Para o entrevistado, o Aleph atende aos requisitos para que possa contemplar integralmente o RDA

Ainda sobre a otimização da descoberta, o entrevistado comenta que “um exemplo é o fim da tradicional ‘regra dos três’ que vinha do AACR2 e indicava que obras com mais de três pessoas ou entidades com a mesma responsabilidade deveria gerar ponto de acesso para a primeira somente. Como o RDA torna opcional esta ação e permite a descrição de todos os pontos de acesso, a descoberta foi otimizada em nosso catálogo. Um exemplo prático atual é pesquisarmos a autora “Janet Butel” em nosso catálogo. Como ela era a terceira autora de um livro com cinco autores, tal obra não era recuperada quando pesquisávamos o nome dela. Com o RDA passou a ser”.

Quando questionado sobre as principais mudanças na descrição bibliográfica foram pontuadas: idioma da agência catalogadora e; não abreviações. A primeira mudança, foi muito significativa, pois o usuário olhava para o catálogo e, muitas vezes, não sabia identificar o que era e para que servia as expressões *sine loco*; *sine nomine*, dentre outras, causando confusões para o seu entendimento. A segunda diz respeito a eliminação das abreviações nas descrições em RDA, o catalogador deve representar aquilo que vê, portanto, se na página de rosto indicar “segunda edição revista atual e ampliada” será dessa forma que o catalogador deverá descrever no catálogo.

Até a data de realização dessa pesquisa não haviam documentos (estatísticas, estudos de usuários, documentos do sistema) que comprovassem que o RDA trouxe significativas contribuições para as tarefas do usuário. Isso se deve

ao fato da Biblioteca ter finalizado a implantação do RDA em 2016, ou seja, em um curto espaço de tempo a Biblioteca Central da PUCRS ainda não possui documentos que evidenciem essas mudanças. Sobre essa questão, o entrevistado comentou que “[...] a gente vai descobrir agora. [...] muitos dados são difíceis de ser mensurados, mas eles [usuários] estão descobrindo mais os materiais da biblioteca” (TEXEIRA, 2017).

O RDA é muito amplo, atende a todos os recursos disponíveis na Biblioteca Irmão José Otão, também fornece suporte e ferramentas para o catalogador, isso pode ser confirmado na fala do entrevistado “[...] ele [RDA] instiga as agências catalogadoras a terem as suas políticas de catalogação ; [...] o RDA Toolkit chama de boas práticas, traz algumas políticas de catalogação de algumas agências catalogadoras do mundo, como por exemplo o da Library of Congress, essas políticas constam na aba Resource do RDA Toolkit” (TEXEIRA, 2017).

Perguntado se o catálogo da biblioteca cumpre com a sua função, o bibliotecário respondeu que “sim! Obviamente”, porém “há e sempre haverá questões a serem aprimoradas. As facetas é uma das áreas que julgo que podem ser aprimoradas” (TEXEIRA, 2017).

Quanto as dificuldades e desafios ele respondeu que “[...] ambas estão no aprimoramento contínuo da equipe e as novas tecnologias que estão por vir na catalogação, com BIBFRAME e Linked Data” (TEXEIRA, 2017).

Quando questionado sobre possíveis conjecturas para o futuro, o entrevistado foi enfático “o futuro é muito amplo para ser conjecturado, mas trabalhamos para que o usuário tenha a melhor experiência de uso possível do catálogo e, principalmente, que o mesmo esteja o mais próximo possível da interface dos principais meios de comunicação e redes sociais utilizados na web (TEXEIRA, 2017)”.

Embora não comentado na entrevista, alguns autores, como Machado (2014, p. 213) pontuam as desvantagens do RDA.

As desvantagens identificadas na adoção desse novo padrão referem-se ao fato de ser o acesso ainda restrito, já que o RDA somente está disponível mediante o pagamento de uma assinatura. A outra desvantagem refere-se aos idiomas disponíveis que, durante a realização desta pesquisa, não estava disponível a versão em português. Contudo, recentemente, em março de 2015, foi disponibilizada a versão em espanhol, o que torna-se uma opção aos bibliotecários brasileiros.

Encontramos ligação na fala de Machado (2014) com as apreciações de muitos bibliotecários que dizem não estar usando o RDA por motivos de custo, língua e falta de conhecimento sobre o assunto. Oliveira (2014) fez uma pesquisa para analisar como está sendo utilizado o código de catalogação RDA pelas bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras, bem como conhecer as perspectivas de seus catalogadores e constatou em sua pesquisa que

[...] um total de quinze Universidades, disseram não terem adotado o novo código. E dentre os principais motivos estão a falta de segurança, conhecimento do assunto, falta de material traduzido para o português, bem como de grupos robustos que discuta e disseminem o tema, incompatibilidade dos softwares em uso com o novo código, etc (OLIVEIRA, 2014, p. 62).

Embora a pesquisa de Oliveira (2014) tenha sido feita no universo das Bibliotecas Universitárias Federais, nos questionamos se ela pode refletir a motivação para o não uso do código por parte de muitos bibliotecários e bibliotecas brasileiras?

Conclui-se, portanto que, a adoção do RDA gerou significativas mudanças na Biblioteca Central Irmão José Otão, como por exemplo a necessidade de disponibilização de recursos financeiros para a assinatura do novo código. Sob os bibliotecários os efeitos recaem sobre a necessidade de atualizações e aperfeiçoamentos para trabalhar com o novo código. Aos usuários reflete uma melhor descoberta dos recursos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou esclarecer os aspectos que envolvem a adoção do RDA e as principais mudanças observadas em uma unidade informacional que empregou esse novo código. A escolha dessa temática justifica-se pelo interesse em compreender os possíveis motivos que levam a baixa adesão do código de catalogação no Brasil.

Para tanto, foi necessário traçar um panorama histórico da catalogação e dos catálogos, para que se pudesse compreender a importância que a representação documental tem na manutenção de catálogos. Também foi necessário apresentar a trajetória dos códigos de catalogação, evidenciados os mais retratados na literatura. Foram descritos os objetivos, funções, fundamentos, norma que estão alicerçados e suas transformações à medida que novos recursos informacionais foram surgindo até a chegada do RDA, o código de catalogação em questão.

Também chamado de novo código, o RDA é um conjunto de instruções para descrição e acesso de recursos com o foco nas necessidades dos usuários. Foi criado com o objetivo de atender as lacunas encontradas na descrição de recursos digitais, no entanto, foi projetado para atender todo e qualquer recurso.

A necessidade de se pensar mais nos usuários, e não em como estão sendo descritos rigorosamente cada pontuação entre os elementos, está fundamentada nos modelos conceituais da IFLA, base do RDA.

Os modelos conceituais são entendidos como um apoio à compreensão da natureza dos dados, e com a possibilidade de mostrar nos catálogos (que possuem recursos para isso) as relações entre as entidades, o que reflete um melhor descobrimento dos recursos.

Os objetivos geral e específicos dessa pesquisa foram alcançados. Constatou que os impactos de aplicação do RDA na Biblioteca Central Irmão José Otão recaem sobre os funcionários da biblioteca, sobre a biblioteca como instituição, e seus usuários. Aos primeiros cabe a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento para trabalhar com o novo código, não só os bibliotecários catalogadores, mas todos que estão atuando e envolvidos com os processos e serviços da biblioteca. A instituição cabe dispor de recursos financeiros para a assinatura do código, para manutenção de uma equipe de tecnologia da informação para apoiar as mudanças necessárias no sistema, bem como para treinamento de

seus funcionários e; por fim, aos usuários cabe usufruir dos benefícios e recursos disponíveis oferecidos a partir da oferta de registros estruturados.

Quanto aos objetivos específicos, durante todo o processo de desenvolvimento do presente trabalho foram explorados os mais diversos tipos de materiais bibliográficos acerca do RDA para aprofundar os conhecimentos sobre o novo código. Também foi identificado o processo de implantação do RDA na Biblioteca Central da PUC-RS através de uma entrevista semi-estruturada a distância.

Foi possível conhecer as prioridades e procedimentos estabelecidos para a adoção do RDA. Verificou-se que a adoção se deu de maneira gradual, levando em consideração os elementos da ISBD. Além disso, foram identificados alguns avanços e desafios na adoção do RDA, podemos destacar como um avanço: a potencialização da descoberta de recursos e; um desafio: aprimoramento contínuo da equipe para as novas tecnologias que estão por vir.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário que as Escolas de Biblioteconomia preparem seus alunos, futuros bibliotecários, para um novo padrão de descrição e acesso aos recursos. Tem-se conhecimento também dos desafios encontrados para trabalhar com o RDA em sala de aula, a começar pelo custo de assinatura, falta de tradução do código para a língua portuguesa, dentre outros, o que pode ser um grande motivo para o pouco ou falta de conhecimento sobre o RDA, por parte dos bibliotecários do Brasil.

Acredita-se que o principal empecilho para a difusão desse código no país está relacionado a língua, sem o código em língua portuguesa, poderá haver dificuldade para a capacitação dos profissionais.

No Brasil, tivemos a tradução do AACR em menos tempo devido a contribuição voluntária dos bibliotecários Abner Lellis Côrrea Vicente e Maria Luisa Monteiro da Cunha e dos esforços da FEBAB com as Instituições American Library Association (ALA), Canadian Library Association (CLA) e Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), responsáveis pelo direito autoral do código.

Também é verdade que a adoção do RDA nas bibliotecas envolve uma gama de fatores a serem alinhados que não dizem respeito somente a mudança na descrição dos recursos. Envolve disponibilidade de recursos financeiros, familiaridade com a língua inglesa; softwares que atendam às necessidades de uma

nova descrição e acesso aos recursos; treinamentos e; envolvimento da equipe da biblioteca para potencializar a descoberta ao usuário. Questiona-se se as bibliotecas brasileiras estão prontas para isso, visto que o atual cenário é de: cortes de verbas para as universidades públicas, conseqüentemente, para as bibliotecas universitárias; fechamento de bibliotecas públicas e municipais e; bibliotecas que ainda existem e resistem funcionando com orçamento apertado. As carências que temos no país são um agravante não só a difusão do código, mas também a manutenção das próprias bibliotecas. Espera-se que as bibliotecas recebam o devido prestígio que lhes cabem e que se compreenda que o RDA veio para fortalecer os catálogos para atuar com um novo perfil de usuário do séc. XXI, os usuários dos buscadores web.

Tem-se consciência que a experiência de uma única biblioteca universitária, com realidades diferentes de outras bibliotecas universitárias do Brasil, não representa a totalidade, porém, buscou-se com essa pesquisa relatar as experiências vividas na adoção e aplicação do RDA em uma biblioteca que pode ser considerada pioneira e que está preocupada com o tratamento dos recursos digitais.

Os caminhos percorridos pela Biblioteca Central da PUC-RS podem colaborar com instituições que planejem adotar o RDA em futuro próximo.

REFERÊNCIAS

AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 176187, set. 2017. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

ARAÚJO, Aníbal Perea. Catálogo da biblioteca: o objeto orientado ao usuário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 17-28, dez. 2010. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1038>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **O que é FRBR?** 2012. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/2012/07/o-que-e-frbr.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Functional Requirements for Authority Data (FRAD): uma apresentação do modelo conceitual para dados de autoridade. In: Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 22., 2010, Marília. **Trabalhos...** Marília: UNESP, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://docs.fabricioassumpcao.com/2010-assumpcao-santosfunctional-requirements-for-authority-data-cic-unesp.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Resource Description and Access (RDA): objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para a descrição de recursos e acesso. In: Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 21., 2009, São José do Rio Preto. **Trabalhos...** São Paulo: CGB/PROPe UNESP, 2009. p. 2417-2420. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2013/01/2009-assumpcao-santos-resource-description-andaccess.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978. 245 p. (Biblioteconomia, documentação, ciência da informação). Bibliografia: p. 227-235. ISBN (Broch.).

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO. **Conheça a biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.pucrs.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788585637354 (broch.)

CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed. rew. Washington, DC: Government Printing Office, 1904. Disponível em: <<http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/>>. Acesso em: 02 dez 2017.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO. [s.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

DESCRIÇÃO bibliográfica internacional normalizada (ISBD). Ed. consolidada. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p., 24 cm. (Publicações técnicas). Inclui glossário e índice. ISBN 9789725654798.

ENANG, Uduak U.; UMOREN, Eboro E. International Standard Bibliographic Description (isbd) as Standard for Quality Book Publishing in Nigeria. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/515>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

ESCOLANO RODRÍGUEZ; MCGARRY. **ISBD consolidada**: um passo em frente. 2007. Disponível em: <<http://www.imeicc5.com/download/portuguese/ISBD%20Portuguese.pdf>>

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumo**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 16, n. 1, p. 43-53, 1987. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 02 dez. 2017

FIUZA, Marysia Malheiros. Funções e desenvolvimento do catalogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, set. 1980. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>> acesso em: 02 dez. 2017.

GOMES, H. E. Mecanismos e normas para a organização bibliográfica nacional: novos programas para velhos problemas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 2, p. 175-184, 1977. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2472>>. Acesso em: 04 Dez. 2017.

HATSEK, I. N.; HILLESHEIM, A. I. A. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. In: Encontro Internacional de Catalogadores, 9.; ENC, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Trabalhos publicados...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/29-180-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. UBCIM Publications – New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr.pdf>> Acesso em: 04 dez 2017.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS (FRANAR). **Functional Requirements for authority Data**. Final Report December 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. Scire, **Zaragoza**, v. 16, p. 61-70, 2010. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4012>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MACHADO, Elisa Campos; VON HELDE, Rosangela; COUTO, Sabrina. Ensino de catalogação: da teoria à prática. **RBBB**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 3, n. 2, p. 100-106, 2008. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/43>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MACHADO, Raildo de Sousa. Recurso, Descrição e Acesso – RDA: breve descrição. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS SNBU, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Snbu, 2014. p. 1 - 20. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/506-2059.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MACHADO, Raquel Bernadete. **Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema**. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/handle/handle/2090>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Produção científica acerca do novo código de catalogação RDA: análise bibliométrica de 2010 a 2014. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 298-311, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/2106/3387>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. O novo código RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 345-364, out. 2016. ISSN 1983-5213. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15910>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. Scire, **Zaragoza**, v. 16, p. 61-70, 2010. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4012>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MEY, E. S. A. SILVEIRA, N. C. **Catálogo no Plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: ABDF, 1987. x, 201 p., 22 cm. Bibliografia: p.176-190.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos funcionais para registros bibliográficos-FRBR**: um estudo no catálogo na Rede Bibliodata. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2565/1/DISSERTACAO_FERNANDA_MORENO_-_UnB.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

NAVES, Madalena Martins Lopes. SVENONIUS, Elaine. The intellectual foundation of information organization. Cambridge: The MIT Press, 2000. 255p.. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/61>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011. ix, 153 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788585637453 (broch.).

OLIVEIRA, Marcelo Augusto C. de. Breve panorâmico da catalogação: transição do código AACR2 para o RDA. In: Encontro Nacional Gestão, Políticas e Tecnologias de Informação, 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2014. Não paginado. Disponível em: <https://engpti.fic.ufg.br/up/715/o/BREVE_PANORAMICO_DA_CATALOGAÇÃO__pronto.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ORTEGA, C. D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 11, 2011.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de. On-line Public Access Catalogs: um estudo dos catálogos on-line. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, 14., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011. Não paginado. Disponível em: <[http://rabci.org/rabci/sites/default/files/ON-LINE PUBLIC ACCESS CATALOGS um estudo dos catálogos on-line.pdf](http://rabci.org/rabci/sites/default/files/ON-LINE_PUBLIC_ACCESS_CATALOGS_um_estudo_dos_cat%C3%A1logos_on-line.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PINHEIRO, Rodrigo Vasconcelos Rodrigues. **Os novos objetivos do catálogo de biblioteca.** 2009. 114 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/792/1/2009_RodrigoVasconcelos.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

QUEIROZ, Nathalia Guedes de; ARAUJO, Samantha Andrade de. Catálogos on-line: um breve estudo dos catálogos on-line de acesso público (OPAC'S). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**-ISSN 2237-6658, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2132/1328>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

RDA Toolkit. **Objectives and principles.** Disponível em: <<https://access.rdatoolkit.org/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CÔRREA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo:** trajetória para um código internacional. Niterói (RJ): Intertexto, 2009. 80 p., 20 cm. Bibliografia p. 71-80. ISBN 9788587258762 (broch.).

SERRA, L. G. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? In: Encontro Internacional de Catalogadores, 9.; ENC, 2., 2014, Rio de Janeiro. **Trabalhos publicados...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2005. 139 p. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, v. 5, n. 1, p. 113-123, 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SILVA, Fernando Modesto da. **A ISBD:** um instrumento de representação descritiva em evolução. 2016. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producaoacademica/002749752.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. Um diálogo sobre instrumentos de representação descritiva. In: ENREDO - Encontro de Representação Documental, 1., 2017, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Ufsc, 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://www.enredo.ufscar.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SOUZA, D.H.F. **Entidades coletivas: cabeçalhos e representação descritiva.** Belém: Cejup, 2003.

STATEMENT OF INTERNATIONAL CATALOGUING PRINCIPLES. [S.l.]: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016en.pdf>. Acesso em: 04 dez 2017.

_____. [s. l.]: IFLA, 1961. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf> Acesso em: 04 dez. 2017.

STROUT, R. F. **The development of the catalog and cataloging codes.** In: ROWLAND, A. R. The catalog and cataloging. S.l., The Shoe String Press, 1969. p. 3-33.

TEXEIRA, Marcelo Votto. **Marcelo Votto Texeira: depoimento** [out. 2017]. Entrevistador: Suelen Santos Maciel. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia, UNIRIO-RJ. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia]

TILLET, B. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação.** 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em 04 dez. 2017.

TILLET, B. **O que é FRBR?: um modelo conceitual para o universo bibliográfico.** 2003. Disponível em: <<https://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2017.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. **A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação.** 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBDAANEZL/disserta_o_a_tcnica_da_descri_o_final_tolentino.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 dez. 2017

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA

Estrutura organizacional da biblioteca

- I. Em pesquisa no site da biblioteca é possível obter acesso a informações de contato com os setores, bem como os profissionais que trabalham em cada seção, esse quantitativo está atualizado? Atualmente quantos bibliotecários prestam serviço a Biblioteca Central Irmão José Otão?
- II. Quanto ao Setor de Tratamento da Informação, no site da Biblioteca constam cinco bibliotecários. Todos eles atuam diretamente com a catalogação? Há uma divisão de funções? Existem auxiliares ou estagiários que dão suporte ao trabalho dos bibliotecários?
- III. Quais são as bibliotecas setoriais que a PUC-RS dispõe? A Biblioteca Central Irmão José Otão realiza uma catalogação centralizada?
- IV. Você tem informações de número de acervo (aproximado)? Quantitativo físico, quantitativo digital.

Adoção do RDA

- 1) Desde quando vocês estão utilizando o RDA?
- 2) O que levou a Instituição a adotar o RDA?
- 3) Houve uma formação específica para os bibliotecários que trabalham com representação descritiva no uso do RDA? Se sim, como se deu?
- 4) Foi formado algum comitê/grupo para avaliar o código e realizar testes necessários à sua aplicação? Se sim, foram estabelecidos critérios avaliativos?
- 5) O RDA adota o modelo conceitual dos FRBR, no que isso interferiu no serviço dos bibliotecários e na tarefa dos usuários?
- 6) Quanto a aquisição, você pode me contar como foi? Vocês compraram por acesso, como é assinatura, tem atualizações frequentes, RDA toolkit oferece suporte?
- 7) Todos os registros no catálogo da biblioteca já se encontram em RDA? Caso não, há uma previsão para a total transição dos registros em AACR2 para RDA? Existem um quantitativo de quantos registros bibliográficos estão em RDA e quantos faltam?

Uso e aplicação do RDA

- 8) Vocês utilizam o ALEPH, correto? Houve necessidade de fazer adaptações no sistema de gerenciamento da biblioteca?
- 9) É possível identificar mudanças significativas nos registros bibliográficos a partir da mudança do AACR para o RDA? Você pode citar algumas?
- 10) Existem registros da instituição (estatísticas, estudos de usuários, documentos do sistema, etc.) que comprovem que a adoção do RDA trouxe melhorias as tarefas do usuário?
- 11) O ALEPH utiliza o formato MARC21. Como funcionou o processo de inclusão dos novos campos necessários em função do uso do RDA (336 – Tipo de conteúdo, 337 – Tipo de mídia, 338 – Tipo de suporte, etc.)
- 12) Segundo Modesto O RDA fornece estrutura consistente, flexível e extensível para todos os tipos de recursos e de conteúdo existentes na biblioteca, você considera válida essa afirmação no caso da Biblioteca Irmão José Otão?
- 13) Quanto ao catálogo da biblioteca, você acredita que ele cumpre sua função permitindo ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter?
- 14) De que forma o RDA tem contribuído para melhorar o aproveitamento, por parte dos usuários, o ambiente digital oferecido pela biblioteca? Você tem algum exemplo?
- 15) Quais os impactos observados pós RDA e o que pode conjecturar para o futuro da Biblioteca Central Irmão José Otão?
- 16) Quais os benefícios e vantagens observadas? E as dificuldades e desafios encontrados?

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROCESSOS BIBLIOTECONÔMICOS - DEPB

Rio de Janeiro, 15 de Setembro 2017.

Prezado Marcelo Teixeira,

Dando continuidade ao contato telefônico iniciado em 31 de agosto de 2017, gostaria de me apresentar e esclarecer os motivos que me levaram a escolher seu trabalho e a Biblioteca da PUC/RS como objeto de estudo em minha pesquisa.

Meu nome é Suelen Maciel, sou graduanda no curso de Bacharelado em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), participo do grupo de pesquisa “Representação Descritiva no Brasil”. Também atuo como estagiária da Seção de Tratamento da Informação, da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio, desde maio de 2016.

O motivo do meu contato é confirmar o seu interesse e disponibilidade para participar da minha pesquisa de final de curso, que tem por tema central o *Resource Description and Access* (RDA). Meu objetivo é identificar os impactos que o novo código de catalogação internacional tem apresentado em uma biblioteca brasileira.

A pesquisa que pretendo realizar configura-se em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), está inserida na linha de pesquisa Organização e Representação do Conhecimento, com o foco na Representação Descritiva (RD).

O interesse pelo tema se deu por diferentes motivações, a saber: exposição em aula sobre o RDA, experiência na prática com a *Library of Congress Office* (onde estagiei), e as apreciações de bibliotecários que acreditam que a não execução do código transcorre por: alto custos, indisponibilidade do código na língua portuguesa, falta de conhecimento sobre o assunto, dentre outros. Diante desse cenário, julgo necessário expor a realidade de uma biblioteca brasileira que opera com o RDA de forma a observar os impactos vividos desde sua implementação, evidentemente, se me for permitido.

Dessa forma, creio que será de suma importância para o meu trabalho explorar uma biblioteca tão importante para a comunidade acadêmica e pioneira de uso do RDA no Brasil, como a da Biblioteca da PUC-RS.

Caso seu retorno seja positivo, gostaria de saber se tem disponibilidade para uma entrevista via vídeo conferência (Skype, Hangout, Google duo, o que preferir) na primeira semana de outubro, de 1 a 7, no dia e horário de sua preferência.

Aproveito a oportunidade para encaminhar em anexo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sua análise e assinatura. Vale esclarecer que por não se tratar de pesquisa com população, e também por se basear em informações de acesso público, a presente pesquisa não foi submetida ao Conselho de Ética. No entanto, para garantir a confiança entre as partes optamos, minha orientadora e eu, por adotar o procedimento de consentimento e acesso livre e esclarecido, de acordo com a Resolução 510 de 07 de abril de 2016, do Ministério da Saúde.

No aguardo de sua resposta, me coloco a disposição para mais informações que se fizerem necessárias.

Suelen Santos Maciel

Suelen Maciel
Matrícula: 20132332034
Escola de Biblioteconomia/UNIRIO

De acordo:

Elisa Machado
- Profª. Dra. Elisa Machado
SIAPE: 1531573
Orientadora/DEPB/UNIRIO

APÊNDICE C – CONTATO POR EMAIL

30/11/2017 Gmail - Contato

M Gmail Suelen Maolei <maolei.suelen2@gmail.com>

Contato
8 mensagens

Suelen Maolei <maolei.suelen2@gmail.com> 27 de setembro de 2017 11:04
Para: Marcelo Votto Teixeira <marcelo.teixeira@puccs.br>

Prezado Marcelo,

Conforme combinado, estou enviando os documentos necessários para a realização da pesquisa.

- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo participante.
- A carta (documento) com informações referentes a pesquisa assinada pela orientadora e por mim.
- Resolução Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

Qualquer dúvida estou a disposição.

Respeitosamente,

—
Suelen Maolei.

4 anexos



maolei - carta.jpg
465K



maolei - carta 1.jpg
215K



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Suelen Maolei.pdf
105K



Resolução 510 - 2015 - Comitê de ética.pdf
552K

Marcelo Votto Teixeira <marcelo.teixeira@puccs.br> 28 de setembro de 2017 14:45
Para: Suelen Maolei <maolei.suelen2@gmail.com>

Olá Suelen,

https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=4e7527fab5jvwr2a0BPO7W44pt_5R_&view=pt5cmarcelo.teixeira%40puccs.br&as=true&search=... 1/7

Recebi o seu e-mail.

Iremos juntar a documentação por aqui e em breve retomo o contato.

Atenciosamente,



Marcelo Votto Teixeira
Bibliotecário Sênior | CRB-10/1974
Coordenador do Setor de Tratamento da Informação

Biblioteca Central Imônio José Otão

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 18
CEP: 90810-900 - Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3320-3587

marcelo.teixeira@pucrs.br | biblioteca.catalogacao@pucrs.br
www.pucrs.br/biblioteca

Visita Virtual da Biblioteca Central: <http://www.pucrs.br/biblioteca/visitevirtual>

Acesse nossa página no Facebook: <http://www.facebook.com/bibliotecapucrs>

Siga-nos no Twitter: <https://twitter.com/bibliotecapucrs>

Conheça nossos espaços no Flickr: <http://www.flickr.com/bibliotecapucrs>

De: Suelen Maciel <maciel.suelen2@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 27 de setembro de 2017 10:04:32

Para: Marcelo Votto Teixeira

Assunto: Contato

(Texto das mensagens anteriores oculto)



Outlook/Emoji-1488823010210_PactedImage18a88328-8dd0-4df8-8688-04130a8181aa.png
22K

Suelen Maciel <maciel.suelen2@gmail.com>

2 de outubro de 2017 14:23

Para: Marcelo Votto Teixeira <marcelo.teixeira@pucrs.br>

Obrigada!

(Texto das mensagens anteriores oculto)



APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIRIO
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROCESSOS BIBLIOTECÔNOMICOS - DEPB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA): OS IMPACTOS OBSERVADOS PÓS EXECUÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO NO BRASIL.*

Pesquisadoras Responsáveis: Suelen Santos Maciel / Profª Drª Elisa Campos Machado

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Telefones para contato:
Suelen Maciel: (21) 2542-1656 ou (21) 97109-5597
Elisa Machado: (21) 2542-1118 ou (21) 980954449

A pesquisa tem por objetivo investigar os impactos da aplicação do *Resource Description and Access (RDA)* em bibliotecas brasileiras. Resultará em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser apresentado na Escola de Biblioteconomia da UNIRIO.

Sua participação envolve responder a uma entrevista, previamente estruturada, a distância, e a disponibilização de dados e documentos relativos ao assunto, abertos ao público, ou seja que não sejam de circulação restrita, tais como: planos de trabalho, dados estatísticos da biblioteca, manual de procedimento, entre outros (as) informações de acesso restrito.

A sua participação nessa pesquisa é voluntária e se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

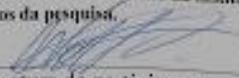
Na divulgação dos resultados desta pesquisa, sua identificação, bem como a da instituição, só ocorrerá se você estiver de acordo e expressar essa vontade neste documento.

Vale frisar que mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

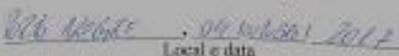
Estou a disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre a pesquisa.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Autorizo a divulgação do meu nome e da instituição.
 Não autorizo a divulgação do meu nome bem como da instituição na publicação/divulgação dos resultados da pesquisa.



 Assinatura do participante



 Local e data

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1996 E LEI 10.695/2003.

ANEXO A

